

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

COLONOS E AGROINDÚSTRIA:
AS MÚLTIPLAS FACES DA INTEGRAÇÃO
(Estudo de Caso sobre Pequenos
Produtores Integrados de Suínos
no Município de Duro - SC)

Vilena Venancio Pôrto Aguiar

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
Setembro de 1993

VILENIA VENANCIO PÔRTO AGUIAR

**COLONOS E AGROINDÚSTRIA:
AS MÚLTIPLAS FACES DA INTEGRAÇÃO**
(Estudo de Caso sobre Pequenos
Produtores Integrados de Suínos
no Município de Duro - SC)

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Sociologia, com área de
concentração em Sociologia Rural da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para ob-
tenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Setembro de 1993



A282c Aguiar, Vilenia Venancio Pôrto.
Colonos e agroindústria : as múltiplas faces da
integração (estudo de caso sobre pequenos produtores
integrados de suínos no município de Ouro - SC) / Vilenia
Venancio Pôrto Aguiar. - Campina Grande, 1993.
141 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1993.
"Orientação : Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa
Cavalcanti".
Referências.

1. Sociologia Rural - Suínos - Santa Catarina. 2.
Pequena Produção Familiar - Santa Catarina. 3. Colonos -
Agroindústria. 4. Dissertação - Sociologia. I. Cavalcanti,
Josefa Salete Barbosa. II. Universidade Federal da Paraíba
- Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.334.55:636.4(816.4)(043)

À Valmir, amado companheiro
em todos os momentos.

À Lucas e Pedro, meus filhos,

dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Josefa Salete B. Cavalcanti, que mesmo ciente das minhas limitações e das minhas possibilidades, acreditou neste trabalho antes mesmo que eu.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro concedido durante a realização dos créditos de mestrado, bem como durante boa parte da dissertação.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UFPB, pela compreensão e apoio, estendendo o prazo máximo permitido para conclusão deste trabalho. Aos funcionários da Secretaria, especialmente João e Vera, que sempre me atenderam com solicitude.

Aos professores e colegas do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural que, direta ou indiretamente, estão presentes neste trabalho.

Às Empresas e Instituições que me auxiliaram das mais diversas maneiras: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (EPAGRI), Prefeitura Municipal de Ouro, Sindicato da Carne de Capinzal (SINDICADEZAL), BANCO DO BRASIL, PERDIGÃO S.A., SADIA S.A. e Agropecuária Ouro S.A.

Aos colonos de ouro que despretenciosamente se dispuseram a nos ajudar.

À Nita, Kátia, Volma, Walbia, Cláudia, Miranda, Leta, Buca, Eva, Vanda, Toresan, Marta, Marvin e Luca que de diferentes formas me deram a maior força.

Aos meus pais, pelo muito que lhes devo, especialmente a Kátia, minha mãe, que com sabedoria sempre partilhou de momentos significativos da minha vida.

Aos meus filhos, pelas horas que suprimi da nossa convivência.

À Valmir, por ter pacientemente me ajudado a vencer mais essa batalha, não só através do apoio concreto, como também pela arte de sonhar.

E por fim, a Deus, força motivadora de tudo isso...

SUMÁRIO

	Página
CAPÍTULO I - PERSPECTIVAS TEÓRICO - METODOLÓGICAS.....	1
1.1 O Encontro com o Objeto de Estudo.....	2
1.2 Delimitações Teóricas.....	7
1.3 A Pesquisa.....	16
CAPÍTULO II - OURO: DA COLONIZAÇÃO ÀS AGROINDÚSTRIAS.....	22
2.1 Os Primórdios da Colonização do Oeste Catarinense Aspectos Históricos.....	23
2.2 A Chegada dos Colonos às "Terras de Ouro".....	39
2.2.1 Organização do Espaço.....	39
2.2.2 Produção Agrícola, Suinocultura e Comercialização.....	44
2.3 A Agroindustrialização.....	50
CAPÍTULO III - OS COLONOS DO OURO: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO.....	59
3.1 Os Pequenos Produtores do Ouro: Quem são ?.....	60
3.2 Práticas Ambientais e Relações Tecnológicas.....	67
3.3 A Estrutura da Produção.....	76
3.4 A Organização do Trabalho Familiar.....	83
3.5 As Regras de Herança e as Estratégias de Reprodução Familiar.....	93

CAPÍTULO IV - OS COLONOS DO OURO E A AGROINDUSTRIA: INTEGRAÇÃO E AUTONOMIA.....	98
4.1 Processo Produtivo e Autonomia.....	101
4.1.1 A Viabilização das Mudanças Técnicas: O Crédito Rural e a Ação das Agroindústrias	101
4.1.2 A Adoção das Novas Tecnologias.....	109
4.1.3 Estratégias Administrativas e Financiamento	112
4.2 Integração, Comercialização e Autonomia.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
BIBLIOGRAFIA.....	134

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

NAPAS

MAPA I - Deste Catarinense.....	4
MAPA II - Município de Duro.....	5
MAPA III - Comunidades Rurais do Município de Duro.....	18
MAPA IV - Deste Catarinense - Malha Ferroviária.....	32
MAPA V - Áreas Contestadas.....	37

TABELAS

TABELA I - Participação no Valor da Produção Agrícola no Município - 1987	89
TABELA II - Distribuição da População Municipal de 1970 / 1980 / 1989	92

ANEXOS

ANEXO I - Rol de Entrevistados	
--------------------------------	--

RESUMO

O presente trabalho analisa o espaço da produção e da reprodução de pequenos produtores familiares, colonos descendentes de italianos, do município de Duro-SC, integrados às agroindústrias através da atividade suinícola.

Objetivamente, trabalhamos com as seguintes questões: 1) o que levou esses colonos a se integrarem? 2) como eles vivem essa relação? 3) como desenvolvem um espaço de autonomia, numa relação de subordinação?

Para responder a tais questões, consideramos a situação real e objetiva vivida pelos colonos estudados em diferentes momentos da sua trajetória social, ao mesmo tempo em que resgatamos as condições históricas que permitiram o afloramento da relação de integração. Consideramos ainda as representações que esses colonos têm de si e dos outros, expressas nas formas como organizam a unidade produtiva, o trabalho e o seu cotidiano.

A partir desses elementos, passamos a analisar as especificidades da relação entre produtor e agroindústria.

Por fim, observamos que os sujeitos investigados têm uma participação ativa na determinação da sua condição social, não sendo esta apenas consequência da sua inserção no processo produtivo, mas do jogo de forças sociais de que participam.

Portanto, a relação de integração entre pequenos produtores familiares e agroindústrias deve ser compreendida enquanto um espaço social e assim inserido num campo de forças sociais. É a partir do embate entre esses dois grupos - colonos e agroindústria - no interior do campo de forças que compreendemos o funcionamento e continuidade dessa relação, associada a práticas de resistências, estratégias de reprodução e desenvolvimento de autonomia.

ABSTRACT

This dissertation studies the space of production and reproduction of familiar producers, descendents of italian colonists, integrad to agroindustries, through pig-breeding establishments, located on the municipality Ouro-Santa Catarina. For that, three questions were proposed: 1) What did bring these colonists to integrate to agroindustries? 2) How do they live this relashionship? 3) How do they develop their autonomy?

To answer these questions we studied the objective situation lived by the selected colonists in diferent moments of their social trajectory, bringing out the historical conditions that allowed that integration to come out. The way they arrange their productive unity, their division of labour and their daily life, as well as the meaning of the relationship developed among themselves.

From these elements we could analyse specific points of the relationship between producer and agroindustry.

Finally, we observed that the studied people have an active participation on the determination of their social condition which is the result of their insertion in the produtive process, as well as of the game of the social forces of which they, producers and agroindustries, participate.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se constitui num estudo sobre a construção do espaço de reprodução e autonomia de pequenos produtores familiares integrados às agroindústrias através da suinocultura. Para tal tomamos o município de Duro-SC, como o substrato do nosso estudo.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No capítulo primeiro são discutidos os aspectos teórico-metodológicos que o norteiam.

No segundo capítulo fizemos uma reconstituição histórica do processo de colonização no Oeste Catarinense, particularmente no Duro, resgatando o processo de inserção dos produtores familiares no mercado, bem como as condições históricas que proporcionaram o desenvolvimento da relação entre pequeno produtor e agroindústria.

No capítulo terceiro caracterizamos o produtor do Duro, a sua relação com a família, com a comunidade, sua unidade de produção, formas de organização e distribuição do trabalho, bem como o desenvolvimento de estratégias que garantem a sua produção e reprodução.

No quarto capítulo analisamos a dinâmica da relação entre produtores familiares e agroindústrias, observando a articulação entre subordinação e autonomia, como vivenciadas no caso dos colonos de Duro.

Nas considerações finais, definimos os espaços de autonomia e as estratégias que garantem a reprodução dos colonos no contexto investigado.

CAPÍTULO I

Perspectivas Teórico - Metodológicas

CAPÍTULO I

Perspectivas Teórico - Metodológicas

1.1 O Encontro com o Objeto de Estudo

O nosso primeiro contato (1990) com os colonos do município de Ouro-SC aconteceu de maneira despretenciosa. Não nos colocávamos enquanto uma socióloga diante do seu objeto de estudo, mas como uma pessoa comum que apenas compartilhava momentos num universo que sabíamos não ser o nosso.

Isto no entanto não impediu que se manifestasse em nós uma sensação de surpresa diante da realidade presente, diante do novo. Por outro lado, o conhecimento que tínhamos da literatura sobre os pequenos produtores do sul do Brasil indicava que eles se constituíram como fruto do desenvolvimento do capitalismo no campo, uma camada média de pequenos produtores modernizados, "proprietários formais" ou "trabalhadores para o capital", caracterizados principalmente por sua integração às agroindústrias.

Entretanto, pareceu-nos curioso o modo como tais produtores mantinham essa relação. Como bem salienta Paulilo (1990),

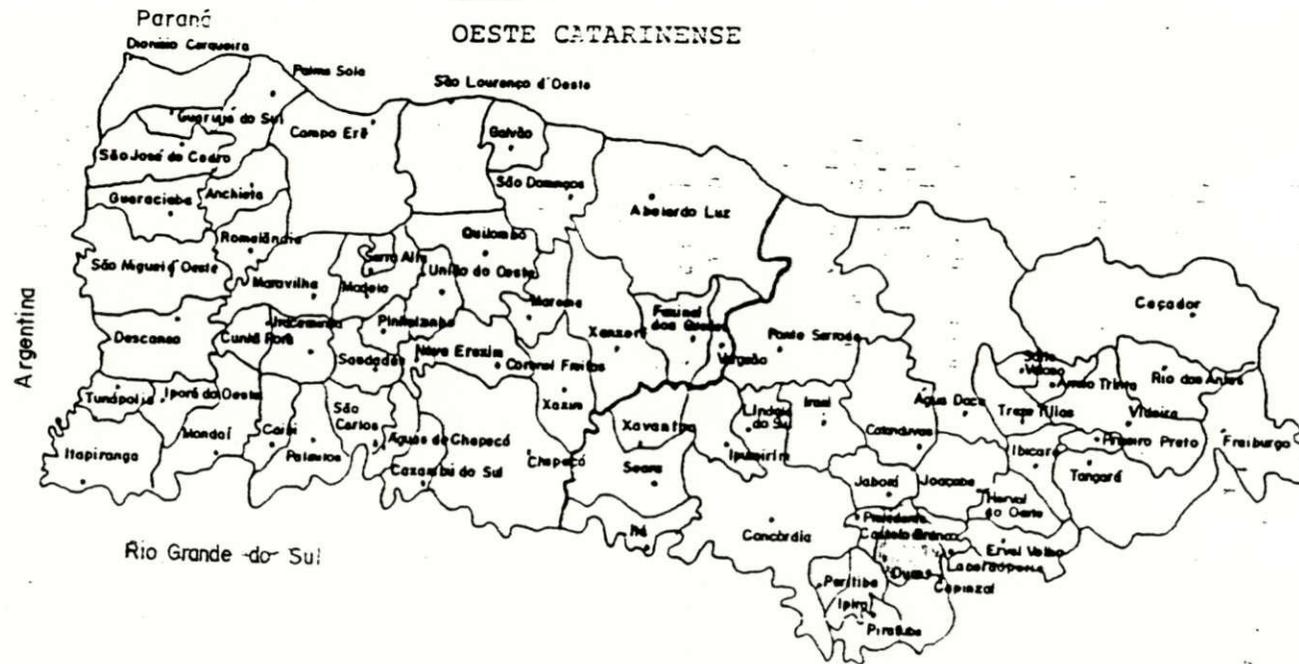
não pareciam vivê-la como a "única forma de sobrevivência possível, como se eles estivessem entre a cruz e a espada: liberdade e miséria, de um lado, submissão e sobrevivência do outro". (Paulillo, 1990: 103).

Assim, partimos do pressuposto de que a integração à agroindústria pode vir a oferecer ao produtor um espaço para a sua reprodução. Tal pressuposto nos levou a estudar a relação de integração entre pequenos produtores e agroindústrias, a partir do produtor integrado, a fim de perceber como, através dela, eles recriam um espaço de reprodução e desenvolvem sua autonomia.

O município de Duro tornou-se, então, o espaço empírico de nosso estudo. Colonizado por descendentes de imigrantes italianos, este município de 209 Km², encontra-se localizado na Micro Região Colonial Vale do Rio do Peixe (cf. mapa I), no meio oeste catarinense. O seu relevo é constituído de um planalto de superfícies planas onduladas e montanhosas, o que dificulta e restringe o manejo da terra. É banhado pela bacia do Rio do Peixe sendo este seu principal rio. Tem como limites territoriais:

- ao norte: os municípios de Jaborá e Joaçaba.
- ao sul: o município de Capinzal.
- a leste: os municípios de Campos Novos e Lacerdópolis.
- a oeste: os municípios de Ipira e Presidente Castelo Branco. (cf. mapa II)

MAPA 1
OESTE CATARINENSE

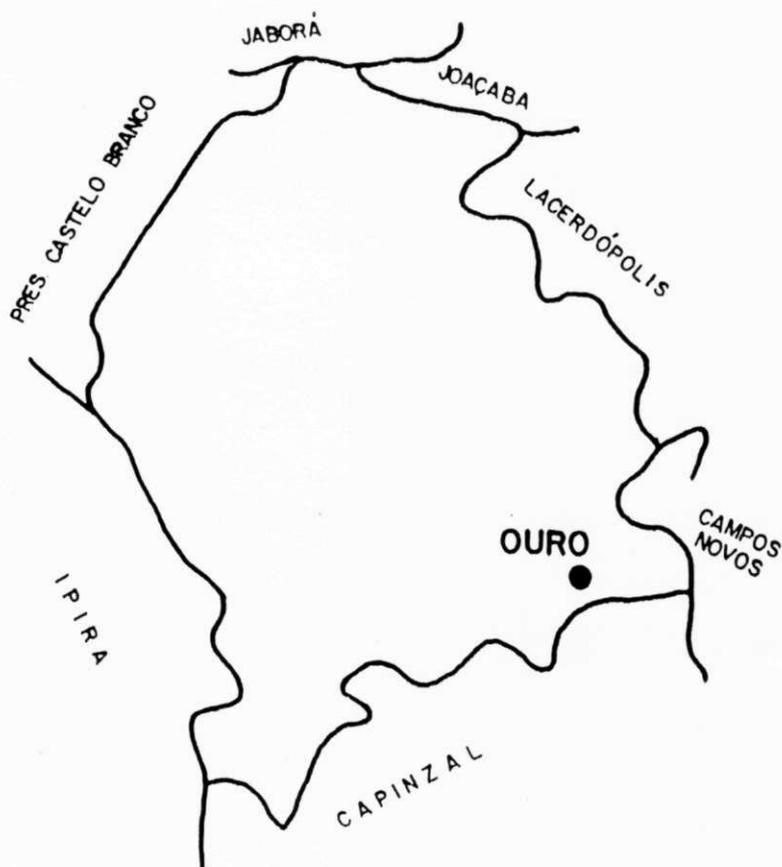


LEGENDA

- 1 — COLONIAL DO OESTE CATARINENSE
- 2 — COLONIAL DO RIO DO PEIXE

FONTE: SEPLAN/SC
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC
Escala não indicada

MAPA II
MUNICÍPIO DE OURO



Escala não indicada

A economia do município está baseada na exploração das atividades primárias. Apresenta cerca de 67% da sua população total (5.536 habitantes) situada no campo e possui uma estrutura fundiária caracterizada por estabelecimentos cuja área média não ultrapassa 24 ha. 87% dos produtores familiares são proprietários jurídicos da terra, ocupando aproximadamente 95% da área total. Os 13% restantes dos produtores se encontram na condição de arrendatários, parceiros e ocupantes, ocupando cerca de 5% da área total. (cf. IBGE - 1985)

Para fins de análise incorporamos ao nosso objeto os pequenos proprietários rurais. A grande maioria deles são integrados às agroindústrias. De modo que é difícil encontrarmos um "colono"⁽¹⁾ que não tenha alguma atividade vinculada às empresas integradoras. Quando não à dos suínos, à das aves ou, mesmo em menor proporção, à do fumo.

O sistema de integração é tecnicamente definido:

"como uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível desse modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital". (Paulilo, 1990:19)

Enquanto que:

"São produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial,

(1) Os entrevistados se identificam enquanto colonos. Segundo Seyferth (1992): "Os imigrantes e seus descendentes adotaram como definidora da sua identidade social uma categoria classificatória que lhes foi atribuída pela administração colonial: para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização. Trata-se, portanto, de uma categoria administrativa, reflexo da política de colonização, apropriada pelos imigrantes e usada até hoje como identidade básica mais geral dos agricultores de origem européia..." (Seyferth, 1992: 80)

produzem matéria prima exclusivamente para ela". (Paulilo, 1990: 19)

Pesquisamos apenas os produtores cujo produto integrado é o suíno. Primeiro porque a maioria dos produtores está vinculada às agroindústrias através da atividade suinícola - 68%⁽²⁾ dos produtores familiares, proprietários rurais, estão vinculados, através da suinocultura às duas maiores empresas de inserção no município: SADIA e PERDIGÃO S.A. Segundo, por ser uma atividade tradicional, através da qual se efetivou a inserção dos produtores no mercado. A evolução histórica dessa relação é fundamentalmente importante para compreendermos como se realizou a relação de integração entre pequenos produtores e agroindústrias.

1.2 Delimitações Teóricas

Alguns estudos a cerca da modernização, normalmente ligados a uma abordagem marxista, têm enfatizado a relação de integração como uma forma de subordinação da pequena produção ao capital agroindustrial, dirigindo sua análise no sentido de explicar as formas de extração do sobretrabalho dos pequenos produtores pelas agroindústrias. Os pequenos produtores para sobreviver integram-se. A ênfase sobre esse aspecto, se por um lado tenta romper com o senso comum de que essa relação

(2) Este cálculo foi feito com base nos dados do IBGE (1985)

envolveria interesses complementarmente harmônicos, por outro, parece negar a ação desses sujeitos enquanto agentes ativos na construção de sua realidade.

Ao entrarmos em contato e até, de certa forma, convivermos com os pequenos produtores de Ouro, percebemos a extrema simplificação com que a questão tem sido colocada, pois se a relação que se estabelece entre pequeno produtor e agroindústria traz presente elementos de subordinação, também parece se constituir num espaço de reprodução social desses produtores.

Colocamo-nos, portanto, diante da complexidade de uma categoria social que vive a contradição expressa, de um lado, na sua subordinação, e do outro, na construção de sua autonomia. Nossos esforços serão dirigidos no sentido de compreendermos a articulação desses dois elementos, e ao lado dela a relação de integração, entre o pequeno produtor familiar e a agroindústria, e suas implicações a nível econômico e social.

Embora as definições carreguem uma verdade parcial e reflitam, apenas, parte do fenômeno caracterizado, devem ser utilizadas, como bem salienta Wolf (1977), como ferramentas do pensamento.

Assim, recorreremos à busca de categorias que nos permitissem compreender as especificidades do grupo em foco.

Nesse sentido a literatura sobre o campesinato nos foi de grande valia, principalmente pelo referencial teórico de análise, entendendo que tal se traduz numa abstração que apenas ganha concretude na observação histórica da realidade do cotidiano daqueles aos quais se refere.

Nesse sentido não negamos a utilização de categorias empíricas construídas pelos próprios atores sociais frente à realidade moldada pelas experiências vividas, justificando, assim, a utilização no decorrer deste trabalho, de termos como pequeno produtor, agricultor e colono.

Através da literatura podemos evidenciar pontos comuns encontrados entre a população investigada e os autores lidos, em especial no que se refere às obras de Wolf (1977; 1970), Archetti (1981), Shanin (1979; 1980), dentre as quais salientamos: o caráter familiar da unidade produtiva; o cultivo da terra como o principal meio de sobrevivência, de onde provêm direta e indiretamente a maior parte da satisfação das necessidades de consumo, o caráter intensivo do trabalho, traços culturais condizentes com a "condição camponesa", e a sujeição do camponês à dominação externa à comunidade.

Incorporamos também, à nossa análise alguns elementos tomados a partir de obras de Chayanov (1985; 1981) que justificam a especificidade da economia camponesa, "comprovada pela evidência de que a agricultura familiar realmente opera num sis-

tema diverso daquele utilizado pelo trabalho assalariado", como bem discute Shanin (1989:8); bem como a identificação de estratégias de reprodução da unidade de produção familiar, onde se combinam a produção de meios de vida e a produção de mercadorias.

Contudo, apesar dos camponeses poderem ser identificados por uma série de traços característicos, revelam as condições e o movimento do modo de produção no qual estão inseridos.

Como compreender essa dinâmica?

Recorremos como recurso metodológico, à noção de estrutura social fornecida por Bourdieu (1987). Segundo esse autor, deve-se compreender tal estrutura não apenas como partes que dispostas e ordenadas formam um todo, mas "mantendo essas partes entre si, outras relações além da justaposição e, por conseguinte manifestando propriedades que resultam de sua dependência à totalidade" (Bourdieu, 1983: 3).

Assim, o campesinato é considerado "não apenas como um "elemento" que existiria em si mesmo, sem ser em nada afetado ou qualificado pelos outros com os quais coexistem, mas também uma "parte" ou seja um elemento constituinte determinado por sua integração numa estrutura" (Bourdieu, 1987:4).

Com isso acreditamos evitar o risco de compreender o

grupo investigado apenas a partir da "especificidade de um modo de produção camponês" ou a partir da "evolução do capitalismo no campo".

A relação imediata do camponês com a produção da sua sobrevivência, ou seja, o ambiente físico e a ação sobre ele, o campo e o trabalho agrícola, expressa não só a condição de existência do camponês, como delinea uma maneira de pensar (Cf. Souza, 1991).

São esses elementos que definem os camponeses enquanto representantes de uma especificidade de características sociais, culturais e econômicas que, segundo Shanin (1980), "refletirão em qualquer sistema societário em que operem" (Shanin, 1980: 69). Entretanto, não são suficientes para justificar os objetivos sociais gerais que orientam as práticas dos atores, pois apesar de se apresentarem como sendo próprios de uma mentalidade camponesa, não são os exclusivos conformadores dessa mentalidade.

Se alguns traços que conformam tal mentalidade se explicam pela "situação e prática do camponês, outros só se tornam compreensíveis quando referidos à sua posição". E, apesar desta ser "bastante variável segundo as sociedades e as épocas, é sempre dominada pela relação com o cidadão e com a vida urbana (...) sendo essa sob todos os aspectos uma das características constituintes da existência camponesa". (Cf. Bourdieu,

1987: 4).

Daí a afirmação de que "a cidade define o camponês e lhe atribui uma condição, que também estrutura sua mentalidade" (Souza, 1991).

Assim, não é possível pensar o camponês isoladamente senão como agente e produto dessa relação; através dela a comunidade camponesa abre-se à penetração de elementos externos e passa a sofrer interferências as mais diversas e, dessa forma, se introjetam "de fora" idéias (estruturadas ou não) sobre o mundo e as relações presentes na sociedade, que são apropriadas pelo camponês. Estes podem recusá-las, aceitá-las passivamente ou reelaborá-las no plano do imaginário de acordo com suas perspectivas políticas, interesses econômicos e sua história, que inclui sua trajetória social, experiência direta, tradição oral e a sua memória folclórica (Cf. Rudé, 1980), o que resulta na recriação de concepções, visões do mundo, conceitos, categorias, princípios, etc., que voltam a ser reinterpretados pelo "mundo exterior". (Cf. Soares, 1981)

Ou nas palavras de Souza (1991):

"À leitura da cidade e de suas relações, o camponês incorpora seus próprios códigos, que têm logicamente uma longa história de elaborações, em certa medida elaboradas localmente, de modo que ele não apenas incorpora a leitura na forma que lhe sugerem, mas lê o que lhe lêem, isto é lê o lido". (Souza, 1991:148)

A relação campo-cidade se desenvolve num significativo nível de interação e sugere a existência de um espaço de trocas de relações sociais, simbólicas e econômicas. É uma troca desigual sem dúvida, principalmente considerando que a sociedade urbana, industrial, concentrando na cidade os níveis econômico(s), político(s) e administrativo(s) consegue impor uma imagem do mundo social.

No entanto, o campesinato não se constitui apenas num espaço reflexo. A partir da sua relação consigo mesmo, ele constrói um espaço de auto-elaboração.

E isso nos leva a afirmar junto com Souza (1991):

"Essa cultura, em muito particularizada, é parte num conjunto, sofre ações reflexivas mas, também, reage porque a direção da interação não se faz apenas no sentido cidade-campo, mas se faz também internamente, dentro do próprio conjunto camponês". (Souza, 1991: 143)

Assim podemos compreender como pequenos produtores modernos apresentam-se igualmente vinculados a estruturas tradicionais apesar de serem considerados, pelo senso comum, como modernizados. Parecem, inclusive, resistir ao desmantelamento dessa estrutura ligada principalmente a representações que têm da terra, da família e da comunidade, enquanto valores instituídos pela tradição, sem contudo vicejar "num mundo supostamente apartado dos valores e representações que orientam as práticas nas sociedades capitalistas". (Neves, 1993: 4)

Assim, ao observar as ações que orientam as condutas dos sujeitos investigados, consideramos sua interdependência com outros princípios de ordenação social.

Afinal "a constelação de valores pela qual a ação se orienta é uma construção social. Daí, a idéia de indivíduos enquanto portadores desses valores". (Paulilo, 1990: 177)

Evitamos, portanto, analisar o comportamento econômico dos entrevistados como um fim em si mesmo, tentando não reduzi-los a agentes econômicos.

Desse modo, ao observar o espaço de reprodução onde pequenos produtores familiares desenvolvem uma determinada autonomia, procuramos não reduzi-lo apenas ao limite da sobrevivência, da resistência ou de estratégias de minimização da dependência do mercado, mas entendê-lo como um espaço socialmente conformado. As redefinições porque passa esse espaço de reprodução são próprias de um processo histórico dinamizado pelas relações sociais que se estabelecem entre os grupos que compõem a estrutura social, a partir de relações objetivas.

Nossas reflexões a cerca desse espaço, portanto, partem da relação do grupo investigado com sua atividade produtiva, a atividade agrícola e da sua vinculação ao mercado.

A organização interna da unidade produtiva camponesa é

caracterizada pelo caráter familiar da força de trabalho, pelo acesso à terra e aos meios necessários à produção. Estas características se configuram como a base material sobre a qual é fundamentada sua autonomia (Cf. Wanderley, 1988).

A forma como o camponês assegura estas características, ainda que redefinidas, estará relacionada aos objetivos sociais que norteiam sua conduta. A partir daí as estratégias que serão utilizadas e as relações que serão estabelecidas, irão delimitar o espaço de criação e recriação dessa autonomia, que será expressa a nível de sua organização social.

Particularmente em relação ao grupo investigado temos que, embora o caráter familiar do trabalho, a grosso modo, não tenha sido redefinido e o acesso à terra seja garantido pela propriedade jurídica e os decorrentes padrões de herança, os meios técnicos necessários à reposição dos pressupostos de produção são assegurados pela sua integração às agroindústriais.

A relação de integração que vincula camponês e agroindustriais resulta, portanto, de uma determinada situação objetiva. E é assim definida por Santos (1992):

"Trata-se de relações contratuais, formais ou informais de ordem econômica, política e simbólica que vinculam dois agentes sociais. De um lado, camponeses que organizam sua unidade familiar para produzir um ou mais produtos agrícolas com o intuito de vendê-los ao setor agroindustrial; de outro lado, as agroindústrias compram, de modo monopólico ou oligopólico, aqueles produtos agrícolas, desenvolvendo estratégias de

intervenção de várias tonalidades técnicas, políticas ou simbólicas sobre o próprio processo produtivo do camponês" (Cf. Santos, 1992)

Envolve, portanto, os interesses de reprodução social dos diferentes grupos sociais. Logo, se constitui num jogo de forças, onde sem dúvida, a agroindústria é o lado mais forte e utiliza-se de estratégias que visam manter a posição subordinada dos camponeses nesse campo de relações. (Santos, 1992)

A noção de "campo de força", a partir da teoria dos campos desenvolvida por Bourdieu (1987), nos forneceu elementos para compreender a dinâmica dessa relação. Assim como as formas de dominação desenvolvidas por Weber (1977), principalmente dominação racional, tradicional e carismática, nos deram elementos para compreender o comportamento da população investigada em relação a outros grupos sociais, em diferentes momentos de sua trajetória social.

1.3 A Pesquisa

Delimitada a área de abrangência do nosso estudo, definido o objeto e nele feito o primeiro recorte, ou seja, a análise da relação de integração sendo feita a partir do produtor integrado, iniciamos a pesquisa de campo. Não foi utilizado nenhum processo de amostragem definido previamente.

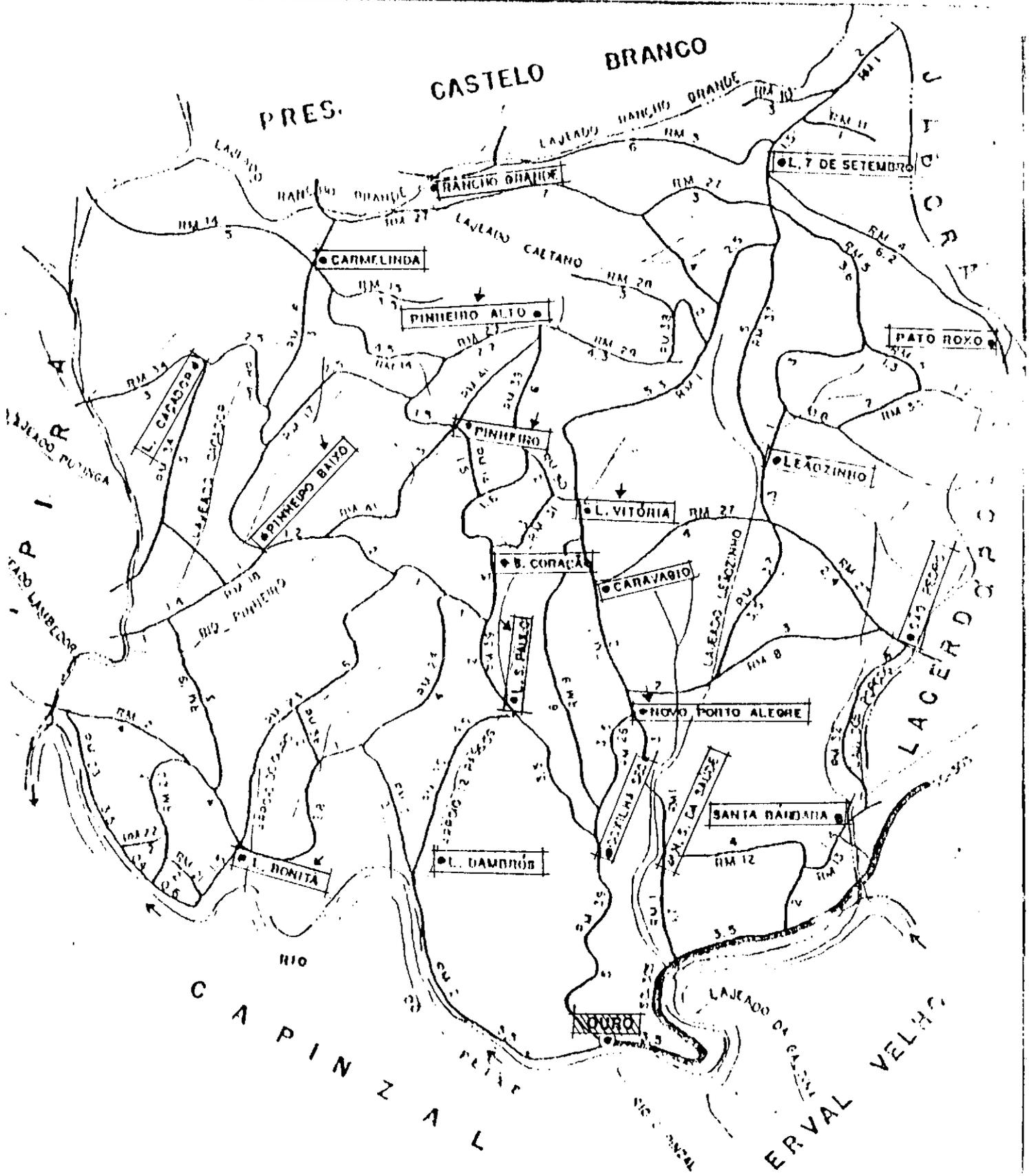
Através de alguns dados fornecidos pela prefeitura do município, técnicos da ACARESC, (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) e das empresas agropecuárias atuantes no meio rural, adquirimos conhecimento sobre a zona rural do Ouro. De acordo com tais informações o município de Ouro é composto por cerca de vinte comunidades ou "linhas", como são denominadas na região. A seleção das comunidades, para o nosso estudo, foi feita de modo a não concentrar as informações numa determinada área. (Cf. Mapa III)

Permanecemos cerca de um mês no município de Ouro, em Janeiro de 1991. Durante esse período, ficamos situados na sede do município e nos locomovíamos diariamente às comunidades.

Iniciamos as entrevistas com agricultores, com os quais havíamos tido algum tipo de contato anterior, ou que tinham sido indicados por algum técnico das instituições acima mencionadas, como uma estratégia de nos inserirmos na comunidade. A partir de então utilizamo-nos da rede de relações dos colonos.

Fizemos uma escala de horários de modo a não interromper as atividades dos agricultores. Assim, chegávamos às propriedades em períodos que sabíamos encontrar os membros da família em casa. Dessa forma acreditávamos não desrespeitar o disciplinamento que os agricultores davam às suas atividades.

MAPA III - Comunidades Rurais do Município de Ouro



Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro

Escala não indicada

O contato foi facilitado através do nosso cônjuge. O fato de ter um sobrenome que o referenciava e o identificava enquanto gente do lugar introduziu-nos àquelas famílias.

Visitamos cerca da metade das comunidades de Duro. Realizamos quinze entrevistas não diretivas com pequenos produtores integrados e produtores "independentes", sob diferentes condições de vida.

O número de entrevistas foi determinado pela própria dinâmica da pesquisa (Cf. Anexo I), de modo que quando as informações tornaram-se repetitivas e não acrescentavam aspectos novos, paramos sua execução.

O processo de observação contínua nos possibilitou a complementação de dados através de visitas que oportunamente fazíamos às colônias, quando aproveitávamos ocasiões tais como: jogos, festas, ou ainda a finalidade era a compra de "produtos coloniais" (queijo, ovos, frango, etc.).

Visitamos e realizamos entrevistas junto a técnicos da SADIA e PERDIGÃO S.A., as duas principais empresas integradoras atuantes no município.

Após realizada esta fase da pesquisa de campo, organizamos e analisamos todo o material obtido e tentamos

articulá-lo à literatura revisada.

No mesmo ano de 1991, o destino nos fez compartilhar com os sujeitos investigados o mesmo espaço geográfico; transferimo-nos de Florianópolis para o município de Ouro, onde instalamos moradia durante dois anos. Tal acontecimento nos permitiu desenvolver a técnica de observação participante, pois acabamos por conviver com o universo de concepções, valores, comportamentos e atividades que constituem a vida dos colonos do Ouro.

Sempre que precisávamos de mais alguma informação, ou mesmo clarear determinados pontos obscuros, dávamos um jeito de voltar ao campo e isso facilitou em muito o nosso trabalho.

Toda e qualquer informação, inclusive aquela oriunda de conversas informais, foi importante para recompor a história dos colonos. Dados bibliográficos, ou mesmo registros que nos fornecessem informações sobre a colonização em Ouro, o surgimento do comércio e as atividades comerciais desenvolvidas, ou ainda dados sobre a sociedade local de um modo geral, eram praticamente inexistentes. De forma que estávamos sempre atentos a qualquer informação. Procurávamos sempre escutar moradores idosos que nos fornecessem versões esclarecedoras a cerca da história local, inclusive antigos funcionários da Perdigão que tivessem vivido o processo de transição entre o frigorífico Ouro e a instalação da Perdigão em Capinzal.

Procuramos ainda manter contatos com técnicos das instituições públicas ligadas à agricultura e técnicos do Banco do Brasil. Estes, sempre que necessário, nos auxiliaram fornecendo-nos importantes informações, especialmente sobre o processo de introdução das novas técnicas no meio rural, a importância das políticas agrícolas nesse processo, a reação dos agricultores às inovações, administração rural e gestão agrícola, e até mesmo dados técnicos sobre as atividades desenvolvidas nessas propriedades.

Agregamos essas informações a nossa análise ao mesmo tempo em que nos apoiamos nas referências teóricas para compreendermos a realidade observada.

O estudo de caso é introduzido pela trajetória social do grupo investigado, a evolução da sua relação com o mercado e suas implicações, seguido da caracterização do pequeno produtor familiar modernizado de Ouro e da sua relação com as agroindústrias. Vejamos então o resultado da pesquisa.

CAPITULO II

OURO: DA COLONIZAÇÃO AS AGROINDÚSTRIAS

CAPITULO II

OURO: DA COLONIZAÇÃO AS AGROINDÚSTRIAS

2.1 Os Primórdios da Colonização do Oeste Catarinense.

Aspectos Históricos.

"Viemo do Rio Grande". Assim começam os colonos a contar sua história. As razões que os levaram a migrar não são mencionadas. Talvez porque a maioria deles já não faça parte da geração dos "desbravadores" como foram seus pais. Entretanto, esses colonos trazem na sua história "não contada", que também conforma sua identidade e sua vida social, um pedaço do Rio Grande, assim como um pedaço da Itália de onde vieram seus pais e/ou avós. Talvez desses pudéssemos ouvir relatos que nos dissessem quem eram, porque vieram, como viviam e o que faziam na Itália, facilitando assim a nossa compreensão dos comportamentos e atitudes daqueles que estamos investigando.

Para elucidar alguns fatos que marcaram a vinda desses imigrantes para o Brasil, já que este processo traz elementos de continuidade presentes na postura dos sujeitos investigados refletidos nos seus valores, devemos compreender que tal processo estava inserido no

"fenômeno migratório havido do século XIX ao século XX

ligado diretamente à expansão do capitalismo europeu e às transformações das estruturas políticas, econômicas, sociais vigentes na Europa e no Brasil, herdados de um período anterior que era na Europa feudalismo e no Brasil escravatura". (Ianni, 1979: 11)

No Brasil, especificamente, a imigração italiana estava relacionada à escassez de mão-de-obra que houve após a extinção do tráfico de escravos pela Inglaterra em 1850. O trabalho escravo tornou-se cada vez mais caro e pouco produtivo, não atendendo à demanda colocada pela expansão da cafeicultura que exigia cada vez mais braços.

Além disso, o país encontrava dificuldades crescentes na produção de alimentos, visto que a

"limitação da importação de escravos que até 1850 supriram o setor agrícola, e a concentração dos mesmos na região cafeeira, abriram lacunas insustentáveis em várias regiões que economicamente sentiram diminuída sua produção agrícola". (Giron, 1979: 241)

Uma dessas regiões, o Rio Grande do Sul, foi alvo de uma política de povoamento que visava à criação de núcleos de pequenos agricultores destinados não só a ocupar o território, ou seja, os espaços deixados vazios pela grande propriedade, como também produzir gêneros para o mercado urbano que começava a se constituir.

Um grande contingente de pequenos produtores imigraram da Itália. Segundo Alvim (1986)

"Até 1885, primeiro momento da imigração para o Brasil,

as famílias que saíram da Itália pertenciam, em grande parte, ao universo dos meeiros, dos pequenos proprietários e dos arrendatários". (Alvim, 1986, 22)

Estes compunham o excedente de mão-de-obra liberada face à dinâmica das transformações que ocorreram no campo italiano com a expansão do capitalismo, que se configurou, de um lado, pela concentração da terra e do outro pelo lento desenvolvimento industrial. (Alvim; 1986; 22/4)

De fato, essa dinâmica criou as condições para que se estabelecesse o processo migratório. E, nesse sentido, a migração é vista como "uma forma de resistência às duras condições de vida impostas pela penetração do capitalismo no campo". (Alvim 1986:22)

Mas não só isso. Estudos elaborados por Costa (1979) a cerca dos valores da imigração e colonização italiana a partir de relatos de vida, nos mostram que o

"valor-base que levou o italiano a se afastar de sua pátria, a enfrentar o imprevisível foi, para a grande maioria, uma prospectiva de liberdade pela independência e autonomia econômica, radicadas na posse da terra (...). Ser proprietário, ser dono de terra, devastar a mata, abrir estradas, organizar uma família e enriquecer com o próprio trabalho, foi o que fez o italiano, o imigrante típico no Rio Grande do Sul. As demais perspectivas e até os ideais religiosos foram vistos sob este ângulo: ter saúde para trabalhar e ter terra era tudo. Do trabalho familiar e social surgiram comu-

nidade⁽¹⁾" (Costa, 1979: 199/207).

Em nome dessa prospectiva e influenciados ainda pelos agentes de emigração⁽²⁾ que, entre mentiras e exageros, faziam intensivas campanhas publicitárias, emigram esses italianos, trazendo na sua bagagem as vivências de uma Europa que experimentava um grande período de efervescências tecnológicas e cultural⁽³⁾.

O "camponês" que emigrava não era o mesmo do final do século XVIII e início do século XIX. Seus anseios, desejos, necessidades, concepções também sofriam as transformações da época.

Tudo isso esses migrantes trouxeram quando colonizaram e conformaram pequenos estabelecimentos familiares no Rio Grande do Sul, de onde partiram posteriormente aqueles que colonizaram a cidade de Ouro.

(1) - O autor definiu valor como um sistema, concreto e empírico de preferência.

(2) - Nesse sentido as companhias de colonização desempenharam papel fundamental. Estas obtinham dos governos imperial ou provincial concessões territoriais. A partir de um plano de colonização tanto a empresa quanto o governo se obrigavam a garantir uma infra-estrutura de apoio à fixação do imigrante, como por exemplo, abertura de estradas ou desmatamento de locais para as primeiras roças. De posse dessas concessões, através do agente de emigração, as companhias iniciavam campanhas publicitárias nos países interessados.

(3) - Darwin publicou a origem das espécies, em 1859, mesmo ano em que Marx editou sua "Contribuição à Crítica da Economia Política". A tecnologia se desenvolvia rapidamente e a produção artesanal se modificava. Vivia-se a era da revolução industrial.

A partir de 1910, com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, migrantes provenientes das zonas coloniais gaúchas iniciam o processo colonizador do oeste catarinense. Os motivos que impulsionaram tal processo são normalmente atribuídos à expansão populacional das antigas colônias.

Nos estágios iniciais de desenvolvimento dessas colônias, a reprodução numérica das unidades camponesas não se colocava totalmente de forma problemática (Cf. Campos, 1987: parte II).

Cada filho homem que casava recebia dos pais uma nova parcela de terra que iria constituir uma nova unidade familiar, exceção era feita para um dos filhos que normalmente ficava com os pais. Nas colônias italianas predominava o minorato, entre os padrões de herança, onde o filho mais jovem ficava com a propriedade dos pais. (Cf. Wolf, 1970). A disponibilidade e o baixo custo de terras tornavam esta dinâmica possível.

No entanto, as terras disponíveis vão se tornando progressivamente escassas, os produtores familiares se viram obrigados a adotar outras estratégias de sobrevivência familiar como, por exemplo, o parcelamento da propriedade.

Entretanto, ocorre que

"quando da fundação das primeiras colônias as parcelas de terras fornecidas a imigrantes eram maiores, com cerca de 77 ha., permitindo o seu desdobramento em duas, talvez três parcelas. Depois de promulgada a Lei de Terras, em 1854, o tamanho dos lotes coloniais foi reduzido para algo em torno de uma colônia (24 ha). Assim, passada a primeira geração de imigrantes, as possibilidades de divisão de terras já se colocavam como limitadas". (Campos; 1987: 104).

E limitados que estavam pela impossibilidade de parcelar sua propriedade, muitos dentre os pequenos produtores compravam terras em outras regiões e as doavam aos filhos que casavam a fim de que estes as ocupassem e constituíssem novas unidades familiares. Dessa forma, muitos colonos deslocaram-se do Rio Grande e vieram ocupar terras no meio-oeste de Santa Catarina.

No entanto, estudos feitos na região indicam outros pontos também relevantes à compreensão desse deslocamento.

Assim, Campos (1987), ao analisar o processo de industrialização ocorrido em algumas cidades como Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul) produtora de fumo, percebe que as mudanças dos padrões produtivos, impostas pelo capital agroindustrial, excluem uma vasta camada das unidades familiares que não conseguiram atingir esses padrões. (Campos, 1987). Afirma então: "a decisão pela emigração obedece antes de tudo a uma pressão econômica dada pela impossibilidade do pequeno produtor se reproduzir enquanto tal na região de origem". (Campos; 1987: 104)

Lago (1978), por sua vez, afirma que a economia desenvolvida nas colônias gaúchas

"encontrava frágeis suportes quanto à comercialização de produtos, em geral, primários. Eram colônias que sobreviviam com reduzida margem de ingressos, por ausência de específicos mercados para consumir os produtos permitidos pela atividade econômica". (Lago, 1978: 127).

A emigração, nesse sentido, significou a busca de novas oportunidades implícitas nas possibilidades dos colonos comercializarem os produtos por eles produzidos. A estrada de ferro, no Vale do Rio do Peixe, como veremos mais adiante, representou tal possibilidade.

Agregada a esses fatores coloca-se a questão da fertilidade da terra. O superaproveitamento dos solos, sem a reposição de sua fertilidade, aliado às limitações técnicas apresentadas pela agricultura desenvolvida pelos colonos comprometiam a capacidade produtiva das terras, diminuindo a sua capacidade de sustentação de uma unidade familiar.

Assim, as novas terras quase intocadas, e portanto férteis, possibilitavam, ao menos num primeiro momento, a reprodução nessas unidades da mesma base técnica praticada nas antigas colônias. E isso ofereceu condições para que a pequena produção familiar se expandisse (Cf. Campos, 1987: 121).

A aquisição de novas terras foi possível não só pela venda das antigas colônias, mas também pelos muitos casos de assalariamento por parte desses colonos que mediante poupança iam juntando algum dinheiro até que fosse possível a compra de um pedaço de terra.

"O falecido pai diz que ele lá (Antonio Prado-RS) non era bon, porque o nono quando veio da Europa ele non sobe escolhê terreno, tava na encosta dum rio lá... Fazia açúcar e rapadura, vendiam isso, era o mais forte dele ganhar dinheiro era aquilo lá, trabalhava a maioria do tempo com aquilo lá, porque eu nunca ouvi falar que eles criasse porco... e depois lá eles dizia que tava sofrendo miséria, enton o falecido pai e dois irmão mais velho dele foram trabalhar na Argentina três ano, ficaram trabalhando lá pra podê ganhá dinheiro que eles queriam... eles ouviam fala de lá que aqui tinha terreno melho enton, depois voltaram de lá". (Honorino Durigon, 58 anos, ex-integrado/Suino)

Em suma, se por um lado os motivos que levaram pequenos produtores familiares a migrar do Rio Grande do Sul são discutíveis, por outro é certo que a sua reprodução no meio-ocidente catarinense, propriamente no Vale do Rio do Peixe, foi possibilitada pela disponibilidade, fertilidade e baixo preço das terras, além do fato de a estrada de ferro que cortaria o vale trazer a possibilidade de um vínculo maior com o mercado.

A cidade de Ouro⁽⁴⁾, local para onde se dirigiam os pequenos produtores que vindos do Rio Grande ocuparam suas terras, está localizada na Micro-Região Homogênea Colonial

(4) - A cor amarela das espigas de trigo, plantadas e colhidas no local é que deu origem ao nome do município.

do Vale do Rio do Peixe no meio-oeste catarinense. Esta, juntamente com a Micro-Região Homogênea Colonial Oeste Catarinense, configura o que denominamos oeste catarinense, (ver mapa I).

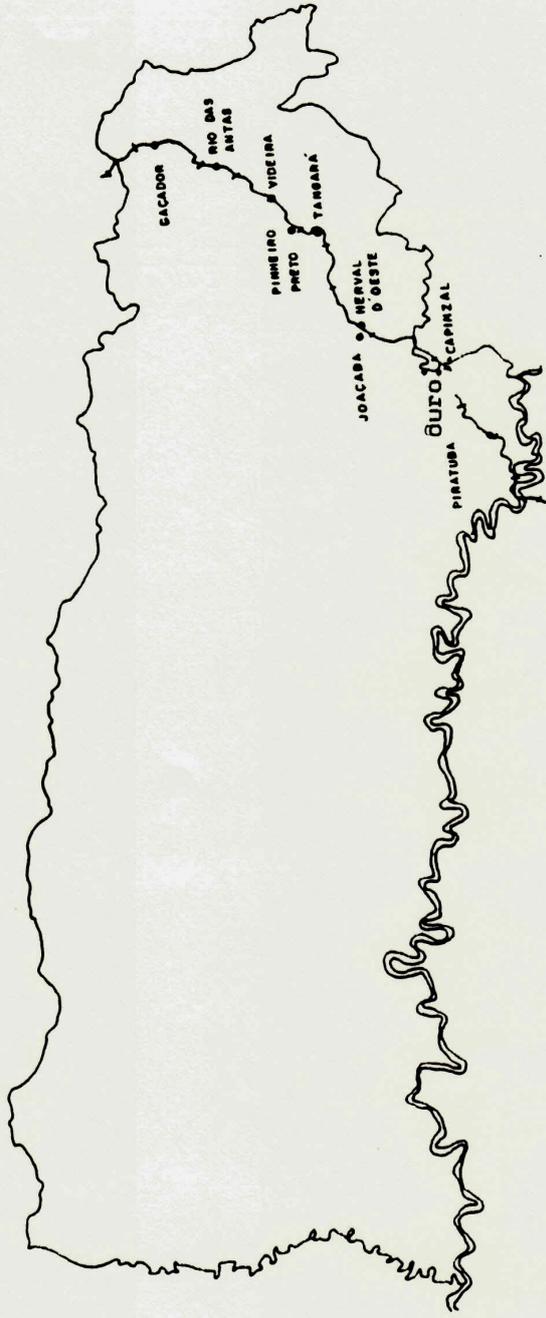
O Rio do Peixe que corta o vale de mesmo nome tem sua nascente na cidade de Caçador e continua ao longo das cidades de Rio das Antas, Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Ibicaré, Herval do Oeste, Joaçaba, Lacerdópolis, Capinzal, Duro, Ipira e Piratuba, jogando suas águas no Rio Uruguai. Essas cidades conformam o que denominamos Região do Vale do Rio do Peixe. (cf. mapa IV).

Antes de ser colonizada essa região era ocupada por densas matas. Havia a predominância da mata sub-tropical do Uruguai rica em cedros, ipês, cabriúvas entre outras. Nos terrenos planos e elevados predominavam ricos pinheiros, assim como a erva-mate, planta nativa do lugar. (cf. Brancher, 1991; Campos, 1987)

Era também uma região escassamente povoada. Suas terras eram habitadas principalmente por índios e caboclos. Desses, de hábito pouco sedentário, não se sabe ao certo a origem. Muitos se alojaram em terras da bacia do Rio do Peixe desde os episódios da formação das estâncias criatórias nos campos do planalto no século XVIII, outros provavelmente vieram com a corrente povoadora, também dedicada ao pastoreio, que se instalou no século XIX nos campos naturais entre o Rio Chapecó e o Rio do

MAPA IV

OESTE CATARINENSE - MALHA FERROVIÁRIA



FONTE: Atlas de Santa Catarina - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Escala não indicada

Peixe provenientes dos campos de Guarapuava, Paraná, então integrante da província da São Paulo. (Cf. Piazza, 1983: 585)

Dessas estâncias⁽⁵⁾, onde possivelmente eram peões ou agregados, partiram esses caboclos a se embrenhar no sertão à procura de um lugar onde pudessem se instalar como posseiros.

Segundo Wenceslau Breves, (apud. Campos, 1987)

"Estes caboclos levavam vida extremamente simples, cultivavam a terra através de sucessivos desmatamentos, plantando milho e feijão. Habitavam ranchos rústicos e pouco se diferenciavam dos índios, a não ser pelo uso de alguns instrumentos como foice, machado e armas de fogo para caçar, os quais somado a um cavalo e acessórios de montaria, constituíam suas únicas posses (...). Ocuparam sucessivamente novas terras como posseiros, poucos se fixaram" (Campos, 1987: 69).

Assim se caracterizava o Vale do Rio do Peixe quando do início da construção da estrada de ferro que, partindo do município de Porto União, estendeu-se por todo o Vale. Tal construção autorizada em 1893, teria como principal objetivo o transporte de produtos da zona colonial gaúcha, importante fonte de produção primária, ao centro consumidor do sudeste brasileiro. A estrada de ferro além de solucionar as dificuldades de escoamento desses produtos, possibilitaria uma maior integração daquela região com o centro do país.

(5) - Essas fazendas posteriormente se converteram em projetos de colonização.

O traçado da ferrovia em sua linha tronco, segundo Lago (1978):

"poderia ter-se estabelecido mais a leste, seguindo os velhos caminhos do gado" aberto no século XVIII por onde surgiram os "pousos" e pela evolução dos mesmos, as cidades de Curitibanos, Canoinhas e Mafra. Por aí, bem sobre o dorso do planalto, as condições morfológicas são mais suaves e facilitaram sem dúvida, os custos de construção". (Lago, 1978: 125).

No entanto, o estado de Santa Catarina tinha interesse em consolidar, através da ocupação, seus domínios sobre essa região dadas as incertezas que envolviam as fronteiras do oeste. Além de que ao estado seriam proporcionados novas fontes de recursos, sobretudo com a exportação de madeira e ervamate.

Estas referidas "incertezas" tiveram origem em dois acontecimentos históricos.

No século passado parte da área que compreende, hoje, a Micro-Região Colonial Oeste Catarinense encontrava-se situada em áreas de contestações de territórios, envolvendo o Brasil e a Argentina. (Lago, 1978: 152).

Piazza (apud. Lago, 1978) resume o fato no seguinte trecho:

"A área entre Chapecó e Peperiguaçu foi uma área que não chegou a ser determinada pelo tratado de

Santo Idelfonso, em 1777⁽⁶⁾. Os demarcadores dos limites em face do tratado de Madri chegaram a subir o Peperiguaçu mas confundiram-no com um outro Rio, hoje chamado Macaco Branco e na época Apeterai. Os Argentinos achavam que o Chapecó seria efetivamente o Peperiguaçu. Então proclamada a independência da Argentina e a do Brasil, passaram os dois países a discutir a posse do território que os argentinos chamaram de "Misiones" e os brasileiros de "Palmas". (...) O governo imperial instalou nas margens do Chapecó uma colônia militar que foi criada em 1859 e só instalada em 1882, para defender interesses nacionais. Os argentinos resolveram levar a questão adiante e somente em 1903 é que houve a solução deste problema cabendo ao Brasil este pedaço de território, em função do laudo do Presidente dos Estados Unidos da América Crover Cleveland".

Ainda no século passado, em 1853, por desmembramento de São Paulo que tinha seus limites estendidos até o Rio Uruguai, foi criada a Província do Paraná que pretendeu manter os mesmos limites. A então Província de Santa Catarina não concordou com tal pretensão e a falta de acordo entre as duas províncias deu origem à "questão do Contestado". Este fato aliado ao clima de tensão gerado na área contestada com a expulsão de antigos posseiros de suas terras pela companhia construtora da estrada de ferro e pelo desemprego de centenas de trabalhadores⁽⁷⁾, quando do término de tal construção, culminou com a eclosão da guerra do

(6) - Sobre a questão do tratado de Santo Idelfonso ver Santos (1977) e Piazza (1983).

(7) - Muitos desses trabalhadores, oriundos do Rio Grande do Sul após o término da estrada de ferro adquiriram lotes de terra junto à companhia colonizadora.

Contestado⁽⁸⁾ em 1912, que se estendeu até 1916 quando foi firmado um acordo entre os dois estados estabelecendo as divisas atuais. (cf. mapa V). Assim, a construção da estrada de ferro acaba por significar um marco na colonização oesteina.

A viabilização da construção da ferrovia ficou a cargo da empresa americana "Brasil Railway Co.", que iniciou o trecho catarinense em 1907. Em acordo com o contrato estabelecido pelo governo imperial e, posteriormente, com o governo da república esta empresa recebeu como pagamento uma série de concessões de terras numa faixa de 15 Km à margem da estrada de ferro. Em troca das áreas compreendidas nessa faixa de terra que já se encontravam legalmente ocupadas foram dadas concessões no extremo oeste do estado.

"Pelo contrato de concessão da linha ferroviária a Brazil Railway Co. passou a ser senhora e possuidora de enormes áreas de terras ao longo de suas linhas principais e ramais ocupando-as nos vales dos rios Negro, Iguaçu, Peixe e Uruguai e donde vão surgir em primeiro lugar, a subsidiária Brazil Development y Colonization Co., para colonização e depois a Southern Brazil Lumber y Colonization (B.D.C Co.) para exploração de recursos florestais e exportação de madeiras" (Piazza, 1983: 589).

(8) - Sobre a guerra do Contestado ver: (Santos;1977, Piazza;1983, Martins;1986).

MAPA V



QUESTÃO DE
"MISIONES" OU "PALMAS" E O "CONTESTADO"

- Área disputada pelo Paraguai
- . - Área disputada pela República Argentina

Escala não indicada

A B.D.C. Co. foi autorizada a funcionar no Brasil em 1912. Em 1914 iniciou propaganda nas antigas colônias de migração européia no Rio Grande do Sul. Esta empresa iniciou o desalojamento de todos os moradores que estavam na sua faixa de concessão. Assim explorava as madeiras existentes nessa área para depois vender a terra para imigrantes.

Posteriormente a B.D.C. Co. repassou suas concessões e obrigações a outras empresas colonizadoras que recrutavam colonos e iniciavam a venda após demarcação dos lotes, geralmente com área padrão de uma colônia, pouco mais de 24 hectares. A atividade colonizadora logo se firma como a forma mais lucrativa de aproveitamento das terras.

Muitos posseiros desamparados pela Lei de Terras de 1854, viram-se obrigados a abandonar suas terras em favor dos colonos que chegavam. Embora no início os preços oficiais para as terras fossem baixos e os prazos de pagamento longos, esses posseiros estavam à margem de fluxos monetários, sem condições de comprar terras, de forma que poucos deles se tornaram proprietários. A maioria formou o rol dos trabalhadores volantes da região, tendendo a se infiltrar nos espaços vazios entre uma colônia e outra.

Aos poucos, entre tensões e conflitos se consolidou a

colonização no meio oeste catarinense.

A partir de 1910, já concluídas as obras da estrada de ferro, intensificou-se a chegada de novos colonos de origem italiana na Região do Rio do Peixe, prolongando-se até 1960, quando se dá início ao fechamento da fronteira agrícola.

2.2 A Chegada dos Colonos às "Terras de Ouro"

2.2.1 Organização do Espaço

No atual município de Ouro, no início do século⁽⁹⁾, chegaram as primeiras famílias de colonos vindos do Rio Grande do Sul.

Muitas dentre as famílias dos colonos vieram por via férrea, favorecidas pela Lei 10.432 - que regulamentava a criação da Rede Ferroviária São Paulo-Rio Grande - cujo item XXVI estabelecia que os transportes seriam fixados em tarifas aprovadas pelo governo e a condução de colonos e imigrantes deveria ser gratuita bem como sementes e plantas a eles

(9) - Nessa época Ouro era vinculado administrativamente ao município de Campos Novos, assim como Capinzal. Este, ao se emancipar, em 1948, requereu parte das terras pertencentes a Campos Novos, dentre elas Ouro. Anos após, este iniciou o seu movimento de emancipação, que veio a ocorrer em 1963.

destinadas (cf. Brancher, 1991). Muitos, no entanto seguiram o rastro dos trilhos:

"...Naquele tempo non existia estrada, enton eles vieram aí por campo e daí quando chegaram aí em Capinzal enton tava construindo a estrada de fero, eles desceram a encosta do rio, por lado de lá, eles olharam pra cá e viram mais ou menos o lugar que achavam iam morar, eles pararam. Eles vieram com um cargueiro pra trazer o mantimento..." (Honorino Durigon, 58 anos, ex-integrado/suíno)

E assim seguindo as íngremes picadas que entremeavam as matas, com auxílio de cargueiros e sobre eles a bruaca no qual traziam os pertences chegavam aqueles que ocupariam as novas terras.

Chegando ao seu destino, tinham de início a preocupação em construir um abrigo simples para todo o grupo, para só depois explorar a área e escolher o lote de terra que lhes interessava.

"Pararam lá e fizeram uma canoa pra atravessar o Rio do Peixe, e atravessaram pro lado de cá, que agora é Ouro. Racharam umas tábuas de corticeira e fizeram um rancho aí no meio do mato. A partir daí começaram a caminhar e explorar e ver o terreno que podia servir, daí começaram a escolher o terreno". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

Muitos colonos ao chegarem em Ouro ocuparam as terras sob a forma de posse, para só depois comprar o título de propriedade de órgãos oficiais ou de empresas colonizadoras⁽¹⁰⁾.

(10) - Essas empresas colonizadoras eram, na quase totalidade, de origem gaúcha. Foram elas que promoveram a vinda de imigrantes das velhas colônias do Rio Grande do Sul.

"Cada terreno tinha um nativo, mateiro aí e dizia que era dono, daí se é assim aqui nós non vamo compra tera e aí eles disseram que pra fica dono disso aí tinha que comprá direito pra fica morando aí em cima, daí fizeram assim. Daí, mais tarde quando veio a mediçon aí do governo eles compraram os títulos e ficaram pagando a prestaçon (...).

Tinha aqui nessa propriedade, tinha três famílias uma morava lá no canto da lavoura, ali que tem uma vertente de água e outra lá onde que tem a casa véia e outro lá onde que tem o agregado morando, tinha três famílias. Eles tiveram que comprá o direito de três família aqui pra fica morando e daí mais tarde veio a companhia da mediçon pediram as tera, daí eles contaram, daí escrituraram as tera, compraram o título e escrituraram".
(Honorino Durigon, 58 anos, ex-integrado/suíno)

Nos primeiros anos a vida desse colonos foi difícil. A mata densa e a topografia acidentada dificultavam as operações de limpeza. Abriram estradas com as próprias mãos:

"Essa estrada foi feita tudo a picon, tudo a picareta. A gente quando era em fevereiro mais ou meno a gente tinha que ter oito dias de serviço pra poder arumar..."
(Constantino Bressan, 75 anos, Integrado/suíno)

Diante de relatos como este afirmamos junto a Campos (1987) que "com o desenvolvimento do processo colonizador e a proximidade das unidades familiares surgiram práticas de colaboração vicinal". (Campos, 1987: 178).

Essas práticas tais como troca de dias de serviço, empreitadas conjuntas na limpeza de novas áreas e aberturas de picadas ajudaram os colonos a superarem as dificuldades que ora se impunham.

Para viabilizar a construção de suas casas lascavam eles mesmos a madeira:

"As casa, as primeira casa que eles fizeram era tudo de madeira lascada, nun tinha seraria. Depois eles fizeram a casa mais grosseira, eles mesmo à muque, seraram a tábua, faziam aquele giro lá e rolavam as tora lá em cima e sera à mão seravam madeira..." (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

As casas construídas reproduziam traços da arquitetura das antigas moradas da Itália, a exemplo de algumas das residências por nós visitadas durante nosso trabalho de campo. Possuíam amplas varandas, um sótão ou sobrado rente e sob a armadura do telhado, reservado para guardar objetos de pouco uso, e o porão, piso térreo, construído de pedras sobrepostas e colocadas de modo a formar uma firme parede lisa e impermeável. Neste local provavelmente encontraríamos pipas de vinho, vinagre e graspa; varais pendurando salames, toucinhos, carne seca etc., e, suspensos por fios de arame, prateleiras de tábua com queijos e bacias de leite onde era retirada a nata para a produção de manteiga. Encontraríamos também objetos de uso rotineiro, tais como artefatos destinados à indumentária de animais de carga e o pilão para descascar o arroz e o milho. (cf. Brancher, 1991).

Próximo à casa havia o pátio, o parreiral, o paiol, a estrebaria, o jardim, o pomar, a horta, o galinheiro e um abrigo com o tanque de lavar roupa. Nesse espaço atuava o trabalho feminino, que além de ordenhar vacas, alimentar galinhas e

cuidar da horta e do pomar, cuidava também dos afazeres domésticos e da fabricação artesanal de queijos, salames, compotas, etc.

Nessas propriedades existiam piquetes e mangueiras para criação de gado de tração ou produção de leite, assim como nesse mesmo local eram soltos os porcos para serem criados. Nas áreas planas eram feitas as lavouras de milho, feijão, trigo, arroz, etc. Nesse espaço predominava o trabalho masculino, embora a mulher também participasse em determinadas fases como limpeza e colheita das culturas. (cf. Campos, 1987).

Mas a dificuldade maior desses colonos era o acesso ao comércio:

"... a estrada non dava pra ir pro lado de lá do rio enton, eles tinham que varar as bruaca e o cargueiro do mantimento em cima da canoa e fazer varar os animal a nado, do lado de lá, pra pode chega no comércio..."⁽¹¹⁾ (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

Os trilhos da estrada de ferro passavam do outro lado do Rio do Peixe, na sua margem esquerda, onde foi construída a estação ferroviária e ao seu redor se formando um núcleo populacional, a partir dos funcionários ocupados na manutenção e funcionamento da ferrovia e de alguns trabalhadores remanescentes da construção dos trilhos. Assim surge o atual município de

(11) - Esse problema foi minorado em 1945 com a construção da ponte "Pencil" ligando os atuais municípios de Capinzal e Duro. (cf. Brancher, 1991).

Capinzal, com amplas perspectivas de crescimento. Esse fato contribuiu para que, na então Vila de Duro, se estabelecesse um tímido comércio, marginal àquele desenvolvido no distrito de Capinzal, onde os pequenos produtores encontravam maiores possibilidades na comercialização dos seus excedentes de produção.

2.2.2 Produção agrícola, Suinocultura e Comercialização

Desde o início esses colonos tinham como objetivo a produção de excedentes para o mercado. Ou seja, os produtos comercializados não eram produzidos especificamente para o mercado, mas também não eram comercializados apenas enquanto excedentes ao auto-consumo.

"O primeiro ano diz que non foi muito fácil, que eles trouxeram no cargueiro uma lata de banha e farinha, um pouco de mantimento, mas depois acabou. Carne ele tinha a vontade porque caça do mato e peixe non faltava, tinha a vontade. Problema era conseguir farinha de milho, banha... essas coisa non tinha nada. Daí eles compraram uns porquinho, desses porquinho aí comum, dos matreiro ali, mas, semente de milho aqui non encontrava, tinha só daquele milho redondo pra fazer canjica, daí eles tiveram que pegá e ir pra Cacique Doble comprar semente de milho, daí foi quando fizeram roças, daí plantaram milho e feijon, começaram colhê, e daí sim começou a melhorá as coisa. daí eles vendiam em vez de comprar" (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

A terra para os colonos não era apenas uma "terra de trabalho", mas uma terra que através do trabalho gerava riquezas.

As experiências passadas mostravam que para isso era necessário inserir-se no ciclo comercial. Estreitar o vínculo com o comércio era, portanto, algo desejável. E foi com esse "espírito" que seguiram as trilhas dos trilhos.

Nesse contexto, estamos chamando de excedente não a sobra de produtos destinados ao consumo, mas sim aos produtos que excediam o necessário para o consumo já tendo em vista sua comercialização. Posteriormente, observaremos que haverá uma especificação dos produtos destinados ao mercado.

Sob outro aspecto, a necessidade de produzir excedentes para o mercado estava ligada de imediato a alguns fatos objetivos. De um lado era preciso adquirir produtos que não fossem produzidos nas próprias propriedades, apesar do grosso das necessidades familiares serem supridas pela produção agropecuária e artesanal familiar. Por outro lado, esses pequenos produtores estavam comprometidos com o pagamento da terra onde se estabeleceram.

"Eles tinham de prantá bastante porque o terreno que eles compraram aqui era a prestaçon, enton cada ano iam pagando uma prestaçon. Eles vendiam o milho ali em Capinzal, tinha enton comércio porque naquele tempo lá já estavam fazendo a estrada de ferro. Daí ele tinha que debuiá o milho à mon e puxar com o cargueiro até uma altura pra depois fazer vará os animal à nado, do lado de lá do rio, e o cargueiro do mantimento em cima da canoa e levá no comércio (...) milho e feijon eles vendiam... e os porco assim eles tinham de vendê carneado. Daí, eles carneavam os porco e tinham que abri no meio e pendurava dois meio porco de cada lado

do cargueiro e levava os animal... non tinha comércio que nem agora de ter indústria, assim tinha que levá aqueles porco assim carneado e sair no comércio, comprava e vendia por aí mesmo." (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

Os relatos que se sucederam vieram apenas confirmar aquilo que nos informava a literatura. Em Ouro, assim como em toda a região, o núcleo colonial que se estabelecia dedicava-se à agropecuária, em especial à produção de milho, suínos e trigo, atividades semelhantes às que eram desenvolvidas nas zonas de origem.

Havia uma demanda local por esses produtos que foi aumentando, principalmente a partir de 1930, com o crescimento urbano do então distrito de Capinzal que experimentava uma nova dinâmica em sua economia, em função do desenvolvimento da indústria extrativa da madeira e erva-mate.

Além disso, segundo revelaram alguns estudos, o transporte ferroviário facilitou o início das primeiras trocas comerciais, entre a região do Vale do Rio do Peixe e as antigas colônias gaúchas, através dos próprios imigrantes estabelecidos como pequenos comerciantes e que mantinham ligações com a região de origem. No entanto, diante da crescente demanda paulista por suínos vivos e banha, esse eixo comercial foi desviado, deslocando-se via estrada de ferro para São Paulo.

Tal demanda fez a suinocultura assumir especial

importância na unidade produtiva familiar. Esta atividade integra cada vez mais unidades familiares no círculo comercial sem, contudo, provocar alterações na organização interna da unidade familiar enquanto unidade produtiva.

"... Aqui antes de entrar o frigorífico aí da Ouro o porco era tudo exportado pra São Paulo de trem, o comprador aqui comprava já era exportado pra São Paulo de trem." (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"... Frigorífico non tinha, enton tinha que levá embora o porco pra os comprador compra os porco e de lá ele embarcava no trem. Ia pra São Paulo". (Constantino Bressan, 75 anos, Integrado/suíno)

As facilidades de transportes possibilitadas pela ferrovia intensificaram o comércio entre a região, de onde partiam produtos agrícolas, e o centro do país de onde, por sua vez, eram trazidos produtos manufaturados. Desenvolveram-se as casas comerciais e começou o processo de acumulação de capitais comerciais gerados na própria região, de modo que tal acumulação já era significativa na década de trinta.

A integração de um número crescente de novas unidades familiares ao ciclo comercial possibilitou o crescimento desses capitais.

Nesse contexto inserimos a criação das Indústrias Reunidas Ouro S.A., em 1937, cujo capital social era formado por associações de capitais comerciais locais. Localizado no atual município de Ouro, atuou a princípio no ramo da vitivinicultura através de um sistema cooperativo, para posteriormente se es-

tabelecer como uma casa de comércio. Passa, então, a atuar em outras seções, como ferragens, fazendas, armarinhos, secos e molhados, etc. Comprava e comercializava todos e quaisquer gêneros e/ou produtos agrícolas, sua atuação abrangia ainda o fabrico de tijolos, extração e beneficiamento de madeiras.

"Formaram uma cooperativa, como se diz uma sociedade, non era nem... chamavam cooperativa, mas era uma sociedade, enton de lá, começaram a pracinha, primeiro começou com vinícola e depois de lá eles botaram uma loja que agora ainda existe ali no D'agostini pro lado de cá, na esquina. Ali era onde que era a firma Ouro..." (Constantino Bressan, 75 anos, Integrado/suíno)

Associando-se a capitais paulistas, as Indústrias Reunidas Ouro S.A. estabeleceram uma filial em São Paulo, o que veio a intensificar e ampliar o comércio local de suínos.

Assim, vai se consolidando a existência de um mercado comprador seguro. Em Ouro, particularmente passa a haver uma produção significativa de matéria-prima, envolvendo um número também significativo de pequenos produtores, o que possibilitava uma oferta sistemática e crescente de suínos, necessária à instalação de um frigorífico que processasse a matéria-prima a nível local, empreendimento mais lucrativo que a comercialização do suíno vivo.

Em 1963 dando início a uma nova fase na economia local, a agroindustrialização, é instalado o frigorífico das Indústrias

Reunidas Ouro⁽¹²⁾.

"... e de lá depois entre todo sócio organizaram um frigorífico lá embaixo, onde que é a Perdigon agora, lá embaixo. Enton lá eles matavam o porco ali". (Constantino Bressan, 75 anos, Integrado/suíno)

Alguns dentre os pequenos produtores de Ouro tornaram-se pequenos acionistas dessa empresa quando da instalação do frigorífico. A participação desses na diretoria faziam os pequenos produtores se sentirem representados num espaço decisório, ainda que nem sempre as decisões revertessem em seu favor.

"O frigorífico de Ouro foi vantagem porque quando vieram negócio de comerciante, como se diz, entre eles lá faziam o que bem entendiam. Ali agora já tem uma diretoria, que a diretoria dentro da integração era colono, agora quando não era colono, era o presidente (...) enton de lá eles botaram o presidente e depois um conselho, assim que tudo dentro era colono." (Constantino Bressan, 75 anos, integrado/suíno)

Contudo, entre o frigorífico e os pequenos produtores familiares de Ouro, interpunha-se a intermediação de capitais comerciais

"...Depois entrou aquele frigorífico aí da firma Ouro. Aí quando que o preço tava bom vendia ali senon as vez os comprador aí, comerciante que comprava pra levar pra fora, pagava melhor, daí vendia pra aqueles." (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

(12) - A agroindustrialização marcou o início de uma nova fase na economia regional, na década de 40, com o surgimento dos primeiros frigoríficos no Vale do Rio do Feixe.

Ainda assim, através das entrevistas, pudemos perceber que o frigorífico Ouro centralizou o comércio local de suíno até quando frente a grande crise da suinocultura⁽¹³⁾ no Sul do país, ocorrida entre 1981 e 1982, as Indústrias Reunidas Ouro foram absorvidas pela Perdigão.

2.3 A Agroindustrialização

Os frigoríficos, a partir da década de 40, experimentaram uma forte expansão na região oeste de Santa Catarina. Esta, segundo Campos (1987), foi possibilitada pela expansão da capacidade produtiva da pequena produção. (cf. Campos, 1987: parte III).

A suinocultura se firmara como base da atividade comercial e em Ouro não foi diferente. Já em 1950, no município, a suinocultura ultrapassava as demais atividades em termos de produção de riqueza. A unidade produtiva sofreu uma reorientação, de modo que fosse possível a criação de porcos para o mercado e o suprimento das necessidades de subsistência. Por exemplo, os porcos que antes eram criados soltos em mangueiras, passaram a ser engordados em chiqueirões. A área ocupada com o plantio de milho, principal suporte da suinocul-

(13) - sobre crise da suinocultura (cf. p. 120)

tura, passou a ser determinada no mínimo, pela quantidade de suínos existentes. Aliás, o milho passou a ser o principal produto cultivado, ocupando inclusive as melhores áreas.

"Oia, sempre nós vivemo com negócio de porco e prantava que nem agora milho, feijon, arroz, mandioca, que nem agora, tem que prantá de tudo um pouco né, mas milho principalmente preciso prantá. Feijon também, mas feijon sabe prantá só pro gasto. Non dá, non dá pra prantá feijon pra vendê, temo que prantá mais milho, que sabe temo porco, e daí comprá o milho hoje em dia é fogo, non dá." (Afonso Facchin, 69 anos, Integrado/suíno)

"A gente planta mais milho que tem uns porquinho. O pouco de tempo que sobra vai pra lavoura. O mais é milho..." (Ivalino Mazziero, 47 anos, Integrado/suíno)

A relação entre os pequenos produtores familiares de Ouro e a agroindústria se efetiva com a instalação do frigorífico Ouro na década de 60. Nessa mesma década já haviam se consolidado grandes frigoríficos de expressão regional. A exemplo desses, o frigorífico, que a princípio tinha banha como principal produto industrial, logo introduz junto aos criadores raças de suíno tipo carne.

A introdução das novas raças estava ligada a mudanças no perfil da demanda de produtos derivados de suínos que já se esboçara no final da década de 50.

A banha perde espaço e é paulatinamente substituída pelo óleo vegetal. A carne passa a ser o produto nobre da suinocultura, passível de ser transformada numa gama de subprodutos industrializados (os embutidos) com melhor preço de

mercado e portanto mais lucrativo às agroindústrias.

Para incentivar o processo de substituição das antigas raças de pelagem escura⁽¹⁴⁾, o frigorífico adotou um sistema de preços diferenciados onde o porco branco era remunerado a um preço superior ao porco "comum".

Entretanto, as novas raças, embora mais produtivas, exigiam determinadas condições para o desenvolvimento de todo o seu potencial genético, tais condições eram dadas por melhores instalações e cuidados sanitários e uma alimentação adequada, balanceada para cada estágio de vida do animal e rica em proteínas e vitaminas.

Assim era colocada a necessidade de mudanças no método de criação. Ou melhor, a substituição das raças exigia transformações na base técnica da produção de suínos.

Em outras palavras, a expansão das agroindústrias de uma forma geral, encontrava-se ligada à modernização da base técnica da pequena produção. O processo de modernização da agricultura, a versão brasileira da chamada "revolução verde", achava-se em pleno vapor. O Estado assumiu importante papel nessa dinâmica. Particularmente, no caso dos pequenos produtores, as novas tecnologias, além de desejáveis, deveriam estar

(14) - Porco comum, mestiço.

disponíveis. O Estado, principalmente através da política de crédito agrícola subsidiado, assume essa responsabilidade. Sua atuação se faz sentir ainda através do estímulo à pesquisa agropecuária e difusão de tecnologia, a exemplo da atuação da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) que desde 1956 atuava no município, elaborando ações no sentido de levar ao campo tecnologias modernas.

"A técnica? isso faz uns trinta ano, depois que começou a aparecer... o que ajudou bastante a agricultura foi o pessoal da ACARESC, os agrônomo começaram a entrá ali e explicá como é que era semente de milho híbrido e que era um milho que non caía tanto com o vento, que era um milho de bastante renda... o pessoal começaram a comprá semente lá (...). Primeiro o agrônomo vinha ali, enton eles colocava assim, avisava o pessoal: tal dia nos vamo trabalha meio dia, tudo junto, um pedacinho de terra pra fazer uma demonstrativa. Enton eles ensinavam como é que era pra prantar, quanto adubo ia, como é que tinha que fazer teraço aí, tudo essas coisas... Por ai que o pessoal começaram aprender mais técnica. Agora hoje em dia, é mais fácil, porque se faz com máquina." (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

Adicionalmente, a expansão da capacidade produtiva da pequena produção, que até então dava-se "basicamente via multiplicação e mercantilização das unidades familiares" (Campos; 1987:335), encontra-se ameaçada pelo fechamento da fronteira agrícola no oeste catarinense.

A produção de suínos encontra-se, então, limitada pela disponibilidade interna de terra, meios de produção, força-de-trabalho e da tecnologia adotada. Modernizando-se a pequena produção pode expandir-se verticalmente. E nesse sentido ela

passa a ser inevitavelmente desejável, principalmente por se apresentar como uma estratégia de reprodução das unidades familiares.

Acreditamos que a conjugação de todos esses fatores foi determinante na adoção das novas técnicas pelos pequenos produtores. De forma que em Ouro, na década de 80 já havia se consolidado a substituição das antigas raças pelas raças européias, implicando em mudanças no processo de produção pecuária agora sob novos padrões técnicos. Estas mudanças não implicaram, entretanto, em alterações na relação entre os pequenos produtores e o frigorífico, que se caracterizava por ser meramente comercial.

Foi com a Perdigão S.A. que se constituiu um novo tipo de relação, que passou a assumir a forma dos "contratos de integração". (Os contornos que assumiram esta relação e suas implicações serão abordados nos próximos capítulos).

O sistema de integração incluía atividades de fomento, como assistência técnica, fornecimento de animais de alta linhagem, rações e concentrados (produzidos pela própria empresa), ao mesmo tempo que assegurava a compra e o fluxo de produção. Ou, em outras palavras, os pequenos produtores integrados passaram a produzir matérias-primas exclusivamente para a empresa integradora.

Dessa forma, a agroindústria estreitava seus vínculos com a produção, de modo a regularizar a oferta e padronizá-la. Em Ouro, assim como em toda região, as mudanças qualitativas na relação entre pequena produção e agroindústria marcaram uma nova fase da economia.

A incorporação de frigoríficos menores como no caso das Indústrias Reunidas Ouro S.A. por grandes conglomerados agroindustriais que já haviam diversificado suas atividades e expandido sua base geográfica, esteve inserida no processo de concentração agroindustrial ocorrido no oeste catarinense a partir de meados da década de 60.

Assim, dos dez frigoríficos existentes restavam, já no início da década de 80, cinco grandes conglomerados econômicos atuando na região a saber:

1. Sadia Concórdia S.A. - 1944
2. Perdigão S.A. Ind. e Com. - 1940
3. Ceara Industrial S.A. - 1979
4. Coopercentral - Cooperativa Central Oeste Catarinense - 1969
5. SAICC - S.A. Ind. e Com. Chapecó - 1952

As empresas Perdigão S.A e Sadia S.A., ambas localizadas na Micro-Região Colonial Vale do Rio do Feixe, são respectivamente as de maior inserção no município de Ouro. A

atuação das demais é bastante reduzida, quando não inexistente.

Na presente década, ainda que a Perdigão tenha desenvolvido no município a avicultura industrial e apesar do desenvolvimento apresentado pela pecuária leiteira nesses últimos anos, a suinocultura continua a ser a principal atividade comercial; em decorrência a produção agrícola foi direcionada para a complementação da ração animal, onde o milho, seguido da soja, é a principal matéria-prima desse composto. Podemos observar a elevada representatividade da lavoura de milho que, desconsiderando-se o consumo doméstico, responde sozinha por aproximadamente 79% do valor da produção agrícola municipal. (ver tabela I)

TABELA I

PARTICIPAÇÃO NO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO - 1987

PRODUTOS	% DE PARTICIPAÇÃO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
Arroz	1,60
Cevada	1,30
Feijão	3,30
Fumo	0,03
Laranja	1,10
Milho	78,50
Soja	8,50
Trigo	3,20
Uva	2,47
TOTAL	100,00

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE, PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL DE SANTA CATARINA (1987).

A baixa representatividade de produtos como feijão,

trigo, arroz, reside no fato de que, no geral, esses produtos constituem o excedente da produção de subsistência das unidades familiares.

"Aqui mais é o porco... vedemo o milho também, feijon só pro gasto, às vez a gente vende um pouco também" (Marino Bonamigo, 53 anos, Integrado/suíno)

"Mais é porco, da vez a gente vende milho. Um tempo também nós usava plantá feijon pra vendê. Faz muito anos que non trabalho mais... mais é vendê porco com um pouco de milho também, soja também vendia. Um pouco de gado..." (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"Mais o porco...a soja uma parte vai pro mercado, outra seguro pra "torar" e mistura na raçõn dos porco... e pouco de leite". (Albino Rech, 50 anos, Integrado/suíno)

Contudo, esses produtos ainda apresentam uma significativa participação no mercado. Segundo dados do IBGE, o município de Ouro, em relação à Micro-Região Colonial Vale do Rio do Peixe, ocupa a oitava posição na produção de arroz e feijão e a quarta na produção de trigo.

Estes produtos juntamente com o milho e a cana-de-açúcar, utilizada principalmente na fabricação de açúcar caseiro, são os principais componentes do consumo alimentar dos pequenos produtores. Os eventuais excedentes da sua produção são vendidos no mercado local.

Ainda que seu vínculo com o mercado se dê também através da comercialização de produtos não integrados, a inserção da pequena produção de Ouro na economia regional se deu através da suinocultura.

Como vimos, foram as experiências vividas com essa atividade que conformaram o pequeno produtor integrado do Ouro.

CAPITULO III

OS COLONOS DO OURO: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

CAPITULO III

OS COLONOS DO OURO: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

3.1 Os Pequenos Produtores de Ouro - Quem são ?

Nas "terras do Ouro" eles contruíram suas casas, organizaram uma comunidade e batizaram-na com um nome. Trouxeram consigo a força de um valor imanente, expresso na junção de dois elementos: terra e família, raízes da propriedade e do trabalho, expressão da liberdade, valor determinante na ação elaborada pela trajetória desse grupo social e que ainda hoje é marca de suas ações.

A vida em comunidade é parte da existência desse grupo social, extensão do seu ser. A igreja é o símbolo da comunidade e a religiosidade um fator determinante na conduta desse grupo. A vinda do padre, os dias santos, os casamentos e batizados motivam as festas, os bailes e as cantorias. O sentimento cristão justifica a união, o desenvolvimento de práticas de ajuda mútua, a colaboração vicinal...

"Isso ali quando começou, logo que vieram aqui os véio, começou a entrar muita gente lá do Rio Grande,

de Caxias, Antônio Prado... daqueles lugar lá do Rio Grande. Já quando vieram, já fizeram a igrejinha ali na sociedade e depois, mais tarde eles fizeram a escola da sociedade". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"O costume non é tanto diferente, agora, era mais simples naquele tempo. Naquele tempo a gente... no vestuário né, que hoje em dia é um vestuário, como se diz, mais delicado. Naquele tempo a gente tem roupa, calça de dia de serviço, quando era limpa e nova a gente já podia ir pra igreja, de chinelo, sapato...Primeiro, sapato que a gente botava era quando ia fazer primeira comunhão e se non, talvez, até de pé no chão e tudo. A gente se reunia assim pro catequismo e tudo, de pé no chão, dia de festa usava chinelo(...).

As festa era...vinha o padre, rezava a missa, fazia o churasco, tinha bebida... bebida quero dizer naquele tempo era de vinho. Comprava uma cerveja ali. Pra bebê cerveja non é que nem agora. Naquele tempo non era tudo que tomava cerveja, o preço non dava (...).

Geralmente era no domingo. Non era sempre, porque naquele tempo padre aqui em Capinzal non existia, vinha de Bom Retiro lá em cima, vinha de longe. Enton quando que vinha o padre, ele passava mês, vinha em todas igreja do interior e quando ficava perto de alguma festa que tinha um santo, como aqui em baixo, que o padroeiro é o São José, outro ali é o Santo Antônio... enton perto daquela festa a gente fazia né". (Constantino Bressan, 75 anos, Integrado/suíno)

"... o baile era até engraçado, porque era um gaiteiro assim no paió com um lampião a querosene. Gostavam isso aí, se reuniam volta e meia e faziam isso aí". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"Divertimento era joguinho, a gente se divertia a mesma coisa, como se diz, o pobre se diverte com pouco dinheiro e o rico com muita despesa. Em vez o colono, vez em quando saía só no domingo, dias restante, era só na roça. Enton aquele pouco que a gente tinha a gente se divertia". (Constantino Bressan, 75 anos, Integrado/suíno)

O convívio em grupo dá-se também em outras esferas. Nos momentos de descanso, feriados e domingos se encontram para a

tradicional "mateada"⁽¹⁾, que justifica as visitas e os "serões", a troca de informações e afeto.

A comunidade se apresenta como uma sociedade dirigida por um grupo de agricultores, eleitos por todos os membros, famílias associadas que contribuem com mensalidades e participam regularmente nos eventos que se realizam na sua sede. Próxima a esta, ocupando espaço central, encontra-se a igreja e nos seus arredores a escola, o campo de bocha e o campo de futebol. Neste espaço se realizam as missas, os bailes, as reuniões - muitas vezes as empresas, sindicatos, clube de mães, etc, utilizam a sede para difundir suas ações - e as festas em geral. E portanto o espaço do lúdico e do social. Centro das reuniões de pessoas que no dia a dia trabalham nas suas propriedades e nesses momentos comuns se aproximam.

A diretoria organiza e reproduz as manifestações culturais e religiosas da comunidade. Em nome desta é autorizada a falar, a reivindicar.

A religiosidade do colono é parte da tradição, assim como o sagrado culto dominical e o respeito à autoridade dos padres. A organização das festas religiosas envolve direta ou indiretamente todas as famílias, na doação de prendas e

(1) - Roda de Chimarrão. O nome "mateada" se refere a erva-mate com a qual é preparada a bebida.

oferendas, na sua viabilização ou na participação no dia do evento. O "bolo" (dinheiro) arrecadado é dividido entre a tesouraria da sociedade e os cofres da igreja.

Os jovens aguardam ansiosos pelos bailes de salão. Com todos os traços da modernidade, essa é a principal diversão na colônia, ritual que aproxima destinos e cultiva as sementes dos noivos casamentos, que, por sua vez, envolvem toda a comunidade, que organiza a igreja, o pavilhão e prepara o tradicional churrasco, banquete da festa, geralmente fornecido pelos pais dos noivos.

No dia-a-dia encontramos as famílias envolvidas nas atividades da propriedade. Entre as mais próximas é corriqueira a troca de serviços, verdadeiros multirões que dão conta das tarefas nas lavouras, no aviário, nas construções, etc.

As crianças iniciam sua vida escolar na própria comunidade. Entretanto, para realização do segundo grau e a continuação dos estudos necessitam se deslocar até a cidade. Para alguns é a oportunidade de profissionalização, de ingressar numa escola técnica agropecuária, de conseguir um emprego na indústria, no banco ou mesmo no comércio local, alternativas ao duro trabalho da colônia.

E notório que o vínculo à terra, à família e à comunidade conformam o cotidiano do colono de Ouro. Estes

elementos, enquanto valores instituídos pela tradição e mantidos pelas condições objetivas de sua existência, parecem permanecer inabalados. Os rígidos padrões morais que regem a sua conduta garantem a sua reprodução.

No entanto, a sua abertura à intromissão de elementos externos à comunidade, principalmente com o fenômeno da modernização, promoveu um redimensionamento das necessidades dos pequenos produtores. Modernizar-se significa adaptar-se aos usos ou necessidades de uma sociedade urbana, industrial. E esse é um componente importante para se entender os objetivos que movem as decisões dos agricultores: consumo de bens industrializados e o acesso ao conforto e lazer de uma vida moderna. Como bem salienta Neves (1993), não devemos abandonar o entendimento sobre "as motivações desses produtores na luta pelo acesso a determinados recursos e serviços, a bens simbólicos e culturais". (Neves, 1993: 7). Este aspecto está presente no horizonte da população rural.

Os meios de comunicação, a televisão em particular - presença massiva nos lares - encantam porque quase tudo é original, novo; angustiam pelos desejos despertados e, em sua maior parte, não satisfeitos.

Entretanto, a influência ideológica não é exclusiva dessas fontes de informação. Os representantes das agroindústrias ao propagarem os benefícios das máquinas e insumos mo-

dermos, de certa forma, difundem novos padrões de status, ligados à aquisição dos confortos da vida moderna: automóvel de passeio, televisão à cores, antena parabólica, vídeo, freezer, telefone, casa de alvenaria, etc.

Em absoluto afirma-se que estes produtos não sejam importantes e desejados pelas famílias de agricultores. São provenientes dos resultados positivos alcançados com a integração a custo de muito trabalho no aviário, no chiqueirão, na lavoura... A grosso modo reflete a diferenciação econômica entre as propriedades, índices técnicos mais elevados nas atividades e possivelmente discursos que não divergem, essencialmente, daqueles difundidos pelas empresas.

O projeto comum de acesso a uma forma específica de trabalho: trabalhar para si, com sua família, numa terra que lhes pertence era, para os colonos, expresso na aquisição da propriedade. Assim é percebida a liberdade: o direito de governar a si próprio.

A organização interna da produção, baseada no caráter familiar da força-de-trabalho e no acesso à terra e aos meios necessários à produção, parece garantir-lhes tal autonomia que, para ser mantida, necessita que essa estrutura se reproduza.

Para reproduzir a unidade familiar dirigem esforços no

sentido de assegurar aos membros da família o necessário à sua "sobrevivência"⁽²⁾, assim como os meios de produção que tornem possível a continuidade do processo produtivo.

Apesar de não ser possível analisar tal reprodução sem tomar como referência o mercado, e mesmo considerando que atingi-lo é a meta desses pequenos produtores, percebemos que a organização da sua unidade produtiva possui características semelhantes às aquelas atribuídas pelos estudiosos do campesinato ao camponês tradicional.

Ou seja, a produção agrícola é processada em pequenos lotes; mantém o caráter familiar da força-de-trabalho sem prescindir do uso regular da mão-de-obra assalariada; a unidade de produção é também uma unidade de consumo (Cf. Shanin, 1979). A policultura e a criação de pequenos animais também fundamentam a estrutura produtiva.

São unidades tecnificadas. No entanto, elementos como tamanho e composição da família, números de membros capazes de trabalhar, produtividade do trabalho e demanda dos consumidores continuam sendo importantes na análise do produto do trabalho familiar. (Cf. Chayanov, 1981).

(2) - "É bom salientarmos que a necessidade não se reduz a um "mínimo biológico", mas é um produto social. (Cf. Castoriadis, 1991). Isso deve ser considerado ao analisarmos o espaço de reprodução requerido pelo camponês.

Apesar de apresentar determinados traços semelhantes àqueles encontrados nas estruturas tradicionais, essas unidades são consideradas modernizadas, tecnificadas. Esta afirmação pressupõe não só modos de vidas característicos de pequenas comunidades como discutido por Redfield (Cavalcanti 1993), e o desenvolvimento de estratégias de reprodução, mas, ainda, que essas se desenvolvem no sentido de manter a autonomia dos pequenos produtores, redefinida enquanto tal. Apenas quando nos dispomos a conhecer e analisar a estrutura interna dessas unidades familiares é que conseguimos compreender como dois elementos, à primeira vista antagônicos, autonomia e subordinação, conseguem se articular com fins à reprodução das unidades familiares de produção.

Para compreendermos essa dinâmica tentaremos focalizar o pequeno produtor sob diferentes ângulos, considerando aspectos que vão desde a sua postura frente ao meio ambiente, recursos disponíveis e tecnologia, passando pela sua relação com a unidade produtiva, trabalho e família.

3.2 Práticas Ambientais e Relações Tecnológicas

Os recursos naturais, outrora exuberantes, estão sendo explorados até a exaustão, sobretudo porque fragmentados nas parcelas particulares de indivíduos que visua-

lizam, principalmente, o seu pedaço de chão, e este significa a subsistência, o sustentáculo de famílias que se multiplicam, redobrando necessidades, exigindo produção, dependentes de rendimentos que decrescem, como a mata nativa e a fertilidade do solo que esvai sob os seus pés.

O relevo e sua formação original desenharam paisagens que acentuam o declive, as curvas, as encostas. E as matas, araucárias e madeiras de lei (presas das madeiras), como esponjas absorviam as chuvas torrenciais de verão, conduzindo-as, suavemente, ao leito do Rio do Peixe.

As terras nuas, a erosão e as enchentes de hoje, cada vez mais regulares, expressam a agonia de um sistema de produção que, senão incompatível com o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, no mínimo contrasta, essencialmente, com sua aptidão agrícola que restringe na maior parte das terras o cultivo de lavouras anuais. Este cultivo é um dos alicerces (o milho é a base) do modelo agrícola praticado nas unidades produtivas familiares da região. Ou seja, faz parte do mercado, é fruto da tradição e está presente no inconsciente coletivo.

Preservar a aptidão natural das terras significa redefinir o modelo agrícola, direcionar as lavouras anuais para áreas menos declivosas e estimular atividades como fruticultura e reflorestamento, sistemas de produção estes que, no entanto, possuem complexidades a nível de mercado.

Os números demonstram que os agricultores não preservam e nem conservam o maior dos patrimônios que possuem: os recursos naturais. No entanto, valorizam, e muito, como sendo a sua propriedade.

São reduzidos os níveis de adoção de práticas conservacionistas nessas propriedades (plântio em nível, patamares de pedra, cultivo mínimo, adubação verde, etc), justificando-se ora pela escassez de recursos financeiros para investimentos desta espécie, ora pelo aumento na utilização de mão-de-obra, ora por não haver um retorno econômico imediato, etc.

O esforço concentrado nos programas públicos agrícolas, principalmente nesses últimos 2 anos, através do Projeto Microbacias Hidrográficas - Bird, tem buscado reverter esse processo de degradação, grave pelas consequências verificadas até o momento, principalmente porque a crise econômica dificulta os investimentos necessários para um desenvolvimento sustentável.

Inexiste ainda na consciência e nos objetivos destas famílias de agricultores a necessária preocupação com a questão ambiental, consubstanciada em planos e medidas efetivas que contemplem um manejo racional do solo e da água, exceto alguns casos isolados, motivados pelo trabalho de extensão rural.

O manejo inadequado dos dejetos de suínos, principalmente, e bovinos agravam profundamente a contaminação das águas potáveis, riachos e rios. Os índices relatados são alarmantes. Fonte de nutrientes para as plantas, este desperdício poluidor contrasta com lavouras de milho pobres em adubação, refletindo-se nos baixos rendimentos observados.

Nessas terras desgastadas pelo rigor de um uso intensivo no decorrer dos anos, são depositadas as esperanças dos agricultores nas safras cheias, mas não as práticas necessárias para conservá-las. A reposição da matéria orgânica e a utilização racional de adubos corretivos e de manutenção são ações praticadas por um número restrito de agricultores.

O desequilíbrio ambiental e a degradação física dos solos têm acarretado um aumento de incidência de pragas, doenças e ervas daninhas, reduzindo a produtividade das lavouras, mesmo porque a utilização de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) apresenta restrições no seu uso, pelos agricultores, seja pelo preço elevado ou pelos riscos de intoxicação embutidos no manejo.

O desenrolar de um ano agrícola inicia e se encerra como um ciclo da natureza, onde o tempo não se restringe ao calendário formal. Os ritmos das estações, a ação dos elementos e a dinâmica de vida de vegetais e animais impõem limites à ação do homem, e os agricultores adaptados a essas exigências entram no

ritmo, com fé e religiosidade, e as respeitam porque dificilmente podem ser controladas. O saber técnico incorporado ao saber dos agricultores, ao seu modo, busca ampliar este controle, com novas tecnologias, adaptadas aos interesses dos homens, sobretudo aos que as controlam. E assim se difundem as técnicas, os insumos, as raças.

A evolução na produção de suínos nessas propriedades agrícolas familiares retrata os níveis de adoção de novas tecnologias pelos agricultores, a grosso modo baixos, e alvo das preocupações dos responsáveis pelo fomento nas empresas privadas e pelos difusores de tecnologia das empresas de pesquisa agrícola.

Os índices técnicos verificados estão ainda aquém dos desejados e compatíveis com as necessidades de mercado que exige eficiência e qualidade. Se compararmos com o suíno padrão tipo banha, criado solto nos tempos passados, é óbvio que os animais criados nos sistemas atuais representam um desenvolvimento genético produtivo e qualidade de carcaça sem precedentes, porém ainda não satisfazendo a demanda de um produto com qualidade total para o consumo, tão apregoado pelos interlocutores do cenário mercadológico vindouro, porta-vozes das agroindústrias.

Ou seja, com ênfase na gestão agrícola, enquanto metodologia, e na administração da propriedade rural, como uma empresa, um negócio, a missão dos novos projetos/planos,

elaborados pela Perdigão, Sadia, é atingir novos patamares tecnológicos nas propriedades que apresentam potencial para tal, difundindo-se o conceito de lucro e eficiência econômica como resultado dos aumentos de produtividade e eficiência técnica das atividades agrícolas como um todo.

Com relação à suinocultura, a mudança na base técnica de produção pressupõe o aumento no número de criadeiras - melhoradas geneticamente - por propriedade, melhor conversão alimentar do plantel, aumento no número de suínos terminados/porca/ano, etc.

As novas exigências de escala, produtividade e manejo implicam em mudanças expressivas nas instalações e equipamentos para criação de suínos. Em sua maioria adquiridos e construídos nos prósperos anos de juros subsidiados, encontram-se em precárias condições e com tamanho insuficiente para aumento do plantel. Estes fatores, por si só, já restringem e selecionam parcela significativa de produtores rurais.

E regra também para o estábulo, paiol e demais construções das propriedades agrícolas.

A utilização de maquinários e equipamentos nestas pequenas propriedades oscila entre realidades diametralmente opostas. Não é incomum a presença de tratores com capacidade superdimensionada para a superfície efetivamente trabalhada no

decorrer do ano, permanecendo ociosos boa parte do ano agrícola. O comum é a sua ausência na grande maioria das terras com lavouras, trabalhadas com equipamentos movidos por tração animal, seja pela topografia declivosa ou pela ausência de capital necessário à sua aquisição.

As máquinas e equipamentos são, sem sombra de dúvida, exaltados pelos agricultores, sobretudo pela sua valia na eficiência do trabalho e na diminuição do esforço humano. Obsoletos, são reformados até o limite.

"Agora a gente faz a coisa mais fácil. Naquele tempo lá fazia bastante roça pra colhê menos. Que nem agora, dá menos trabalho. A mesma quantidade de terra quase dobrou a produção. Depois era tudo a foice. Hoje com máquinas, faz tudo com menos tempo, menos sofrimento, é tudo mais simples". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"O cara tem que acompanhar a técnica, hoje em dia. O cara, ele acaba ficando pra trás. O cara fica no estilo antigo e acaba ali, acaba sempre pra trás". (Flores Borsati, 56 anos integrado/suínos e aves)

Grupos de agricultores, geralmente com um certo grau de parentesco, se reúnem para a compra, por exemplo, de um distribuidor de esterco, uma trilhadeira, ou mesmo um trator. Mesmo com todas as dificuldades, esse tipo de sociedade é uma estratégia comumente utilizada.

Cabe salientar que esta prática só não adquiriu uma importância maior porque várias tentativas de associação de agricultores para criação de animais, construção de instalações

em comum (condomínios), compra de insumos, não foram bem sucedidas e repercutiram negativamente. Em algumas comunidades existiram condomínio de suínos, mas encontram-se hoje, em sua maioria, desativados. Problemas administrativos e os interesses individuais conflitantes contribuíram para o declínio.

Abstraído-se o componente crédito subsidiado como instrumento essencial para a modernização das pequenas propriedades agrícolas, submetidas hoje pura e simplesmente à economia de mercado, surge uma questão, antiga, mas que se atualiza de vez: a resistência dos agricultores à adoção de inovações tecnológicas.

Os pesquisadores, extensionistas rurais e técnicos de fomento das cooperativas e empresas privadas são unânimes em afirmar que, apesar de toda a produção científica, assistência técnica e acompanhamento regular às propriedades, são ainda baixos os índices técnicos alcançados, poucos são os que aplicam efetivamente as recomendações técnicas e, se o fazem, sobretudo as práticas exigidas pelas empresas, é a seu modo.

"A técnica quem ali começou primeiro, o toque quem começou dá foi o pessoal da ACARESC, agrônomo, esses extencionistas e essa gente foi mais quem começou dá dica. Depois a gente também vai tratando e a gente vai percebendo o que tá certo e o que tá errado daí, sempre procura fazê o melhor". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"...na época, por exemplo, que saiu a primeira adubação aí foi um sucesso de lavoura, foi um sucesso. Só que existe coisas agora que as vezes a própria técnica tenta fazer uma experiência em cima do

agricultor, e as vez tem coisa que num dá certo". (Ivalino Mazziero, 47 anos, integrado/suíno)

A inadequação de certas tecnologias à realidade da pequena produção familiar é um fato presente nas avaliações dos pesquisadores. O descrédito às metodologias tradicionais de extensão rural obriga o setor público agrícola a rever o seu modelo.

As definições do quê, quanto e como produzir se orientam por uma lógica própria que se adapta às exigências do tempo, ora avança, ora recua. O fio condutor são as experiências passadas, as informações dos que são próximos e a observação curiosa daqueles que ousam inovar.

"A técnica, por exemplo, ela exige talvez mais renda, mais exige a despesa também em cima. Enton, eu vejo, numa lavoura de milho hoje se for levada em cima da técnica mesmo, é uma lavoura que custa caro, mas também se o tempo for bem ela é compensatória, acontece que, nem por exemplo, esse ano, fazer uma lavoura com bastante custo e o cara perde tudo de uma vez..." (Ivalino Mazziero, 47 anos, integrado/suíno)

Planejam e administram uma economia complexa que concentra, geralmente, nas mãos de uma única pessoa a responsabilidade de produzir, comercializar, controlar as finanças e organizar a mão-de-obra. Um saber embebido na prática de "uma cultura" que se reproduz no cotidiano, na família.

Esta lógica e seu saber estão na mira dos geradores e difusores de tecnologias, assim denominados os técnicos que

buscam reverter essa situação, ou seja, interferir na tomada de decisão dos agricultores, objetivando novos patamares tecnológicos. Entretanto, o saber técnico e suas raízes ideológicas e culturais deixaram muitas cicatrizes no meio rural, complexificando o conflito entre indivíduos que falam, pensam e agem de modo diverso, dificultando a execução de metas porque esbarram normalmente nos objetivos dos agricultores.

Estes não recusam a técnica pura e simplesmente, a traduzem para o seu campo de entendimento e de experimentação, com códigos próprios, e de acordo com seus interesses, adaptam-na à racionalidade dos planos a serem executados, nas próximas safras, nos novos lotes de animais. A transferência de tecnologia que se orienta pela lógica econômica que visa a resultados imediatos, isolados, colide com a lógica de sujeitos que agem naturalmente com a visão do todo, com o sentido de unidade da sua propriedade onde uma decisão específica sobre uma atividade não está dissociada das demais.

3.3 A Estrutura da Produção

A estrutura produtiva das unidades familiares em Ouro, ainda que tenha destacado um importante papel na suinocultura, já que a maior parte da renda advém dessa atividade, encontra-se ainda fundamentada na policultura e pequena criação. E com-

posta basicamente de:

- a. produtos especificamente destinados ao mercado como o porco;
- b. produtos alimentares, como milho, feijão, arroz, trigo, cuja cultura algumas vezes gera um excedente comercializável;
- c. pequena criação: além do porco, são criados o gado de corte, a vaca leiteira, aves, etc, que também geram uma renda extra;
- d. pequena indústria caseira: derivados do leite, suínos, da uva e compotas, etc;
- e. produção de "miudezas": batatinha, abóbora, aipim, alho, hortaliças, etc.

O recurso da policultura, além de se apresentar como uma maneira adequada de prover as necessidades da família, garantindo ao menos os itens básicos do regime alimentar, permite, através da venda de diversos produtos, entradas sucessivas de recursos ao longo do ano, o que vem a favorecer um melhor equilíbrio financeiro da família, principalmente nos momentos em que os preços dos suínos se encontram instáveis.

"O principal é o porco. Pra fora non vedemo quase nada, uns sacco de feijon, mas pouco". (José Dalposso, 26 anos, Integrado/suíno)

"Pouco é porco, pouco é lavoura. Vendemo um pouco de milho, vendemo uns porquinho só pra... Plantemo milho, arroz, feijon. Um pouco de tudo. Se dá pra vendê a gente vendê, senon só pra consumo". (Amado Nora, 53)

anos, Ex-integrado)

"O mais é o porco. O resto é só pro gasto, milho, feijon, arroz". (Pedro Bazzo, 43 anos, Integrado/suíno)

As lavouras de feijão, trigo e arroz são destinadas pequenas áreas, que variam normalmente de 2 a 3 ha. Planta-se basicamente para o consumo, sendo o excedente comercializado. Das três culturas, o feijão é que mais fornece renda complementar às propriedades. A soja, quando presente, tem como finalidade a alimentação animal.

"A gente planta mais milho, esse ano plantamo trigo, mas o trigo deu mal, mas vai dá pra passá o ano, já tem pro gasto. Feijon pro gasto e sobra sempre um pouquinho. Soja é sempre plantada pra trata criaçon". (Ivalino Mazziero, 47 anos, integrado/suíno)

As "miudezas", assim denominado o cultivo da batata inglesa, aipim e hortigranjeiros em geral, estão presentes, geralmente, em todas as safras e mesa dos agricultores e se destinam apenas ao consumo.

O gado leiteiro tem se constituído como uma alternativa viável e regular de entrada de recursos às propriedades; no entanto, a renda mensal não tem propiciado os investimentos necessários para o melhoramento do plantel, das instalações, equipamentos e pastagens. Elementos esses deficitários e com manejo ainda rudimentar.

A produção pecuária é pequena. A existência de um número reduzido de bovinos se explica pela pequena área (aproxi-

madamente 5 ha) destinada à pastagem, geralmente pasto nativo, muito poucos fazem pastagem de inverno. A alimentação é complementada, fundamentalmente com milho - principalmente no inverno -, mandioca, cana e também algumas vezes ração: os suinocultores muitas vezes, dão ao gado a mesma ração fornecida pela empresa integradora.

A produção pecuária justifica-se não só pelo consumo alimentar, como também constitui-se numa reserva de valor, um capital que pode ser transformado em dinheiro quando este é requerido para alguma necessidade imediata.

A comercialização do leite é, comumente, realizada pelas cooperativas e indústrias da região. Há um descontentamento generalizado com o preço pago ao produtor pelo litro do leite, agravado com os descontos excessivos de frete para transportá-lo. Quando o preço está muito aquém do esperado, o leite é consumido na própria unidade produtiva.

Para se desligar dessa rede comercial, os pequenos produtores, muitas vezes, vendem eles mesmos o leite, seja na própria casa, seja aos leiteiros que o recolhem comercializando-o na cidade, e ainda há aqueles que, utilizando-se de condução própria, levam o leite diretamente à cidade para vender, obtendo assim uma renda extra, mas a renda principal vem do porco.

"O colono non pode ficar em cima disso, nem só em cima do frango, nem só em cima do suíno, nem em cima do gado

de leite. Ele tem que ter as vaca de leite, se conseguisse ampliar o plantel de vaca, aí também faz o dinheiro, apesar que a gente considera que o leite tá num preço baixo, mas ele dá". (Ivalino Mazziere, 47 anos, integrado/suíno)

O milho e o porco existem um para o outro. Os agricultores dizem que a maior parte daquilo que possuem é proveniente dos resultados positivos alcançados com esta dupla, em que pesem todas as oscilações de preço a nível de mercado. O número de matrizes e a produção de suínos depende, e muito, da oferta desse cereal.

"Agora plantá a gente aqui a maior força é o milho, porque o milho é o que sustenta a criação, engorda porco, é o gado, é a galinha, é tudo". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"A gente trabalha assim com porco, non bastante, porque sabe se for de compra bastante milho, enton non dá lucro, se tem muitos porco né, non dá." (Afonso Faccin, 69 anos, Integrado/suíno)

A área destinada à produção de milho oscila muito no decorrer dos anos e não permite sua ampliação, sob pena de sacrificar capoeirões e matas nativas. O aumento de produtividade, meta a ser alcançada e altamente difundida, está na dependência da conservação dos solos, do manejo adequado dos dejetos de suínos e bovinos, da adubação química e demais insumos e técnicas modernas. As sementes melhoradas - cada vez mais produtivas e caras - quando utilizadas isoladamente não têm alterado significativamente a produtividade.

Milho e porco são as mercadorias, por excelência, da

produção agrícola familiar. Cara e coroa da colônia. O milho alimenta os suínos - e também o gado, as galinhas, os animais de tração, além de fornecer a farinha - cujos dejetos retornam às roças como adubo do milho, quando não utilizado é guardado como estrume ou se destina aos riachos. Existem, ainda, casos de pequenos agricultores que se juntam e adquirem um distribuidor de esterco, máquina que anexada ao trator suga os detritos e espalha-os pela roça.

A produção do milho depende das disponibilidades de mão-de-obra e do número de criadeiras, até o limite da área cultivada, que normalmente oscila entre 7 à 8 ha. Essa área, por sua vez, delimita a quantidade de criadeiras. Essa é uma forma do produtor não se tornar dependente do milho da empresa. Provavelmente tal relação justifique o número de criadeiras/unidade produtiva, que é em média de cinco, assim como a exigência das agroindústrias quanto a esse número que é no mínimo três. (No capítulo seguinte abordaremos estas questões com mais propriedade).

A colheita do milho é feita manualmente e é armazenada no paiol durante o ano. Uma parte da colheita é reservada ao gado leiteiro. O excedente é comercializado com as agroindústrias, cooperativas e comerciantes locais. Nas safras atípicas onde ocorrem problemas climáticos (uma seca, por exemplo), os agricultores se obrigam a adquirir o produto no comércio, ou mesmo nas empresas integradoras, aumentando-lhes os custos.

A suinocultura constitui uma atividade que não exige muita mão-de-obra, é responsabilidade delegada aos homens da casa. Apesar do esforço físico exigido em determinados momentos, não se pode negar que a substituição das raças - agora com maior volume de carcaça e menor espessura de toucinho - e a introdução das novas técnicas de criação facilitaram em muito o manejo.

Nas instalações modernas, encontramos comedor automático (que permite que a ração seja colocada apenas uma vez por dia) e o bico d'água, fornecedor constante de água. Com relação à alimentação, a utilização do "trato seco": milho triturado misturado a um concentrado protéico e vitamínico fornecido pela empresa, dispensa a colheita de determinados produtos que anteriormente compunham a alimentação desses animais: abóbora, aipim, etc.

Essas inovações vieram racionalizar o trabalho com os suínos, apesar dessa atividade impor cuidados ininterruptos. A sua efetivação, dentre outras, só veio a ocorrer com o estabelecimento da relação de integração entre pequeno produtor e agroindústria. A Perdigão S.A., principalmente, teve primordial importância na tecnificação dessas unidades.

Quanto à comercialização, os números nos mostram que a grande maioria das unidades produtivas próprias (68%) se encontra vinculada às duas maiores empresas de inserção no mu-

nicípio, Perdigão e Sadia, respectivamente, através da integração. E são elas que centralizam a comercialização dos suínos.

Os produtores, na sua maioria, entregam às empresas às quais estão vinculados os suínos terminados, ou seja, prontos para o abate, provenientes do sistema de criação de ciclo completo. Neste os pequenos produtores, possuindo as criadeiras, produzem os leitões que são engordados e, por volta dos seis meses (suíno terminado) ao atingir 100 Kg, são entregues ao frigorífico.

No entanto, há aqueles que recebendo os leitões da empresa integradora, com três meses de vida, engordam-nos e devolvem à empresa o suíno terminado. E por fim há aqueles que entregam apenas os leitões, quando esses se encontram com três meses de idade. Esses dois últimos grupos de produtores ainda são raros no município de Ouro, no entanto, as empresas já começam a difundir esses sistemas.

3.4 A Organização do Trabalho Familiar

Apoiado no perfil topográfico particular da região e tirando dele o seu sustento, predomina o trabalho familiar. A sua organização se orienta, por um lado, na necessidade de produzir as mercadorias direcionadas e contratadas junto às

agroindústrias, no caso, sobretudo à Perdigão, e que são o sustento financeiro da propriedade; por outro, na necessidade cotidiana de prover os alimentos e a subsistência de uma família de trabalhadores.

A estrutura interna da unidade familiar, concentra a autoridade, o mando da casa e as decisões na figura do pai, a partir do qual são definidas as funções dos demais membros da família.

A divisão do trabalho atribui aos elementos masculinos, segundo representações dos nossos informantes, as atividades que contenham significação econômica, assim como aquelas que requerem esforço físico alternando-se na lavoura, na criação, no manejo de maquinários e implementos e ainda na manutenção das instalações e benfeitorias.

"Eu tô achando, na minha idade, eu trabalho mais que antigamente...ah! eu tenho que trabalhá porque senon... o colono que olha pro serviço ele non tem tempo pra sair, non tem tempo: uma cêrca, um chiquero, um paió, uma coisa e outra, sempre tem serviço, tem cuidá e trabalhá, que senon nunca tem dinheiro". (Afonso Facin, 69 anos, integrado/suíno)

Particularmente no caso da suinocultura, ao se tornar uma atividade comercial por excelência, a criação de porcos passa a ser atributo do trabalho masculino.

É uma atividade que exige esforço físico, pois não é fácil, segundo os próprios produtores apartar brigas entre animais que pesam cerca de 100Kg (suíno terminado), ou mesmo

levantar uma criadeira de cima dos leitões, vacinar os animais e ainda ajudar a colocá-los nos caminhões das empresas quando vêm buscá-los para o abate, etc.

As mulheres não cabem exclusivamente as tarefas domésticas diárias, mas o trato e cuidado dos animais (gado leiteiro, aves, etc), ajudam inclusive na limpeza das pocilgas, da horta, na fabricação artesanal caseira e, nas "horas de folga", ajudam efetivamente os homens em suas atribuições, que se estendem às diversas atividades produtivas⁽³⁾.

"A mulher quando não é em casa é na roça, é dobrado, porque a mulher... que nem eu, eu faço o serviço em casa, tem dia que eu fico até meio-dia, mas depois do meio dia é na roça até à noite. Quando volto da roça me pego com as vaca, tirá leite...

Ela planta milho na enchada...(homem) porque se a mulher non ajuda também o marido na roça, sozinho non vai, tem que tê alguém que vai, enton esse que tem o trator...ma e quem que non tem o trator?" (Esposa de Afonso Faccin)

"Nos aqui, diguemo, elas (esposa e nora) ficam em casa, faz o serviço de casa e tira o leite e cuida a horta, as galinha... e até algum dia quando dá vão carpir um pouco na lavoura e coisa assim. Ma, e a gente (pai e filho) vai na lavoura, e por exemplo, planta, colhe e/ou... ou vai fazer cerca, ou limpa potreiro, ou... ih! Serviço teria.." (Valdemar Frigo, 54 anos, Ex-integrado)

Os filhos iniciam sua participação no processo de trabalho ainda quando crianças, colaborando em alguma atividade:

(3) - Os homens são os "integrados". Desta forma, nossos dados limitaram-se a informantes do sexo masculino; as informações sobre o trabalho das mulheres foram reduzidas a algumas intervenções das esposas de nossos informantes no processo de entrevista.

fazer carpina das roças, ajudar na colheita, no trabalho da horta, etc.

Quando chegam à idade escolar, estudam parte do tempo e, na outra, ajudam na propriedade.

"Trabalhá na roça a gente trabalhava tudo junto, porque a mulher tinha que tirá os leite da vaca, fazer comida, lavar a roupa, dar conta de tudo...quando o tempo ajudava vinha na roça. E o rapaz, o mais velho, ele meio dia ia na aula, meio dia que sobrava ele vinha na roça. Depois ele foi pra Florianópolis, fez a faculdade, daí ele saiu de casa. Esse aí estudou até completar o último ano do ginásio, eu acho, daí eu pedi pra ele ficá em casa, me ajudá, porque pra mim era difícil de segurá as coisa em pé. As meninas era nova, ainda pequena". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"O trabalho é a roça. Tem uma menina que estuda, a mais nova, a segunda foi um ano só depois...um pouco ela não quis, um pouco nós non quisemo mandá ela. O porco sou eu e o rapaz". (Albino Rech, 50 anos, Integrado/suíno)

A maioria não chega a concluir o segundo grau. Apesar da vontade dos pais em prover-lhes os estudos, o trabalho na propriedade, a distância da escola, ou ainda a falta de interesse aparecem como justificativas à não-conclusão do ciclo escolar.

A família é a principal unidade de produção e consumo, como demonstra o modelo da organização da vida diária nas colônias, conforme observado no trabalho de campo.

Os adultos, acordam entre 5 e 6 horas. "Fazem fogo" no fogão à lenha e preparam o chimarrão. O rádio acompanha este ri-

tual matinal.

A mulher inicia seu dia tirando o leite das vacas, retornando em seguida para arrumar a mesa para o café colonial (polenta, pão, queijo, salame, nata, etc.). Geralmente neste momento são discutidas as tarefas do dia, cabendo ao chefe da família a divisão das obrigações.

Os filhos mais jovens vão à escola (1ª a 4ª série, normalmente funcionam no turno da manhã).

As filhas que já ultrapassaram esta fase escolar acompanham a mãe em seus afazeres, tais como: soltar as vacas no poteiro, arrumar a casa, lavar roupa, preparar o almoço, cuidar da horta, pomar, jardim, etc.

Os homens fazem o manejo dos animais junto à pocilga. Tratam os porcos, limpam os chiqueiros, vistoriam os bebedouros, comedouros, etc. Os colonos são visitados em data marcada, a cada 15 dias, pelos técnicos das Agroindústrias. Quando é dia de visita dos técnicos, os homens ficam trabalhando próximo à sede da propriedade, para facilitar o encontro. Em suas visitas, os técnicos verificam as fichas de controle dos animais, fazem os diagnósticos, recomendam as técnicas de manejo, medicamentos, alimentos, calendário de entrega dos lotes, etc.

Ainda antes do almoço os homens aproveitam também para

roçar os potreiros, consertar cercar, instalações, manutenção dos maquinários e equipamentos, atividades extras geralmente mais próximas da casa (estas tarefas são realizadas principalmente pelos homens mais idosos).

As segundas-feiras são destinadas à ida à cidade, onde, vão ao banco, executam as transações comerciais e fazem o "rancho" (compra de bens não produzidos na colônia) da família. As vezes pela manhã, às vezes pela tarde.

Entre 11:30 e 12:00 horas as famílias se reúnem para o almoço.

Após a refeição as mulheres lavam pratos e arrumam a casa. Os homens descansam.

No inverno o trabalho da tarde começa mais cedo (em torno de 14:00 horas) e no verão mais tarde (após 15:00 horas devido ao calor).

Os filhos na fase escolar da 5ª à 8ª série vão à escola, que funciona normalmente no turno da tarde. As mulheres quando não é época de plantio ou colheita dedicam parte das tardes à fabricação artesanal de pão, queijo, compotas, etc.

Os homens continuam o trabalho interrompido pela manhã, mas sobretudo, dirigem-se à roça de milho e ao restante das la-

vouras, seja para executar os tratos culturais, carpir; seja para arar e gradear. No plantio e colheita dessas culturas se concentra o pique de trabalho das famílias de produtores, que obedecem o seguinte ciclo:

PRODUTOS (4)		MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MILHO	PLANTIO		0							0	0			0
	COLHEITA		X				X	X	X					X
FEIJÃO	PLANTIO		0								0			
	COLHEITA					X								X
ARROZ	PLANTIO										0			
	COLHEITA													X
TRIGO	PLANTIO							0	0					
	COLHEITA													X
SOJA	PLANTIO										0	0		
	COLHEITA					X	X							

Nestes períodos é comum a participação de toda a família na roça (inclusive os filhos em idade escolar). É prática corriqueira os mutirões entre familiares vizinhos, principalmente. Essas formas de ajuda mútua ocorrem a qualquer hora do dia ou da noite, estabelecendo-se laços de reciprocidade entre as famílias envolvidas no trabalho.

(4) - A cana-de-açúcar é normalmente plantada, de 2 em dois anos, no final do inverno. As parreiras são culturas permanentes e são colhidas pelas próprias famílias.

No final do dia retornam para casa trazendo alimentos, que são cultivados ao redor da casa (mandioca, batata doce, cana-de-açúcar, etc.), para os animais.

Antes de começar a noite (no verão anoitece às 20:00 horas) as mulheres já acabaram de recolher as vacas e tirar o leite, enquanto os homens encerram os seus afazeres cuidando dos porcos. Aliás, no período de entrega dos porcos às agroindústria, cabe aos homens a tarefa de colocar os porcos no caminhão das empresas integradoras.

Após a janta, as mulheres concluem os seus afazeres domésticos e todos descansam para, no dia seguinte, recomeçar mais uma jornada de trabalho.

A contratação do trabalho assalariado é esporádica: quando ocorre se restringe às épocas de maior demanda de mão-de-obra. Os colonos possuem uma certa aversão aos diaristas, alimentada pelo preconceito étnico - a grande maioria dos volantes não são descendentes de europeus - ou por problemas trabalhistas: "são brasileiros", "não gostam de trabalhar" e os "chamam na lei". E mais, "quem gosta de trabalhar nunca fica sem serviço". (Cf. Seyferth, 1992).

"Eu nunca quis saber de empregado, o que podia fazer com os braço fazia, senon... non queria saber de peon".
(Amado Nora, 53 anos, Ex-integrado/suíno)

"Num dá de pegá gente. O bom tá em firma... agora você pega um cara ali, ele chama o ministério do trabalho e você tem que pagar o que non vale né? Eles son muito privilegiado. Eles tem muito direito". (Valdemar Frigo, 54 anos, Ex-integrado/suíno)

Um outro aspecto dessa questão é que tanto a suinocultura quanto as atividades ligadas à lavoura, e que ocupam pequenas áreas, não exigem mão-de-obra numerosa, sendo perfeitamente possível a determinadas famílias executarem o trabalho, ainda que ele seja intensivo. O aluguel de máquinas e a troca de serviços são estratégias que visam suprir à família a possível necessidade de braços externos.

O trabalho é exaltado pelos nossos informantes como a maior das virtudes. Questão de honra que legitima a acumulação, a riqueza e a ascensão social, sendo a miséria e a pobreza conseqüências de sua ineficiência. O rendimento e o usufruto dos produtos contribuem para as tonalidades individuais de cada propriedade, diferenciando-as nas suas trajetórias sociais.

Por outro lado, o trabalho na colônia é considerado como algo "sofrido", acentuado pela desvalorização dos seus produtos. No entanto, não vêm alternativas, trabalhar na colônia é apenas o que sabem fazer e não se acostumariam sem isso.

Considerando toda a dificuldade enfrentada pelos agricultores, é curioso observar que, a julgar pelos dados do IBGE (ver tabela II), a pequena produção em Duro após a

instalação da Ferdigão, em 1980, diminuiu o ritmo de evasão rural.

TABELA II

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNICIPAL DE 1970/80/89

ANO POPULAÇÃO	1970	%	1980	%	1989	%	TAXA MEDIA GEOMETRICA DE CRESCIMENTO ANUAL %	
							70/80	80/89
Urbana	1.117	18,26	1.533	26,42	1.796	32,44	3,21	1,77
Rural	5.000	81,74	4.269	73,58	3.740	67,56	-1,56	-1,45
Total	6.117	100,00	5.802	100,00	5.536	100,00	-0,52	-0,52

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico de SC - 1970 e 1980
Estimativas SEPLAN / SC, 1989.

Esse fato pode sugerir a integração às agroindústrias como recurso à reprodução das unidades familiares (cf. Kautsky, 1980).

Quanto a sua interferência na organização interna do trabalho, observamos não haver alterações na relação dos membros da família com o trabalho na unidade de produção. Ou seja, a relação de integração não provocou uma complexificação na divisão social do trabalho, isto é, a execução das tarefas na unidade de produção é regida por princípios específicos da

divisão do trabalho por sexo e idade.

3.5 As Regras de Herança e a Estratégia de Reprodução Familiar

A reprodução de unidades familiares de produção era tão importante quanto a reprodução da própria família. O esforço da família também era dirigido no sentido de dar condições para que os filhos homens que casassem adquirissem seu próprio pedaço de terra, a fim de conformar uma nova unidade familiar que se reproduzisse enquanto tal. As terras de Ouro, abundantes, baratas e férteis facilitavam essa dinâmica, já que tal fertilidade não era imanente apenas ao solo-mãe, mas também às famílias, sendo comum a existência de 10 membros em torno do seu núcleo.

"O falecido pai teve seis rapaz e sete moça... Os mais velho conforme ia casando, a família era grande mesmo, daí comprava tera e eles iam morar lá, e assim foi indo e daí no fim nós ficamos em dois irmão homem aqui junto. Daí eu ajudava cuidá o pai e o outro meu irmão ficou junto. Daí compramos outro terreno e depois que os falecidos, eles moreram, daí ele também quis sair trabalhá por conta. Daí se dividimos e eu fiquei sozinho. Esse terreno aqui que era do falecido pai ficou tudo no meu nome e os outros, todo nós da família trabalhava e comprava tera e pagava. Cada um que saía, já saía com um pedaço de tera, um começo de vida. E daí, quando casava outro era a mesma coisa, tinha que comprar um terreno, daí, depois se casa... essas coisas pra começar a vida, e eles saíam daqui". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

O recurso ao minorato era comumente utilizado, de modo que o último filho a casar, normalmente o mais novo, cuidaria

dos pais até a morte e herdaria a terra.

No entanto, o fato de se tornar cada vez mais difícil a aquisição de recursos para a compra de novas terras - principalmente após o fechamento da fronteira agrícola no oeste catarinense em que as terras tornaram-se muito caras - abalou a instituição do minorato.

"Pra comprá ? ah!, ai é muito difícil. Hoje em dia o pai pra comprá um pedaço de terra pro filho é brabo. Aqui pra um dá, porque tenho só um filho homem. E ele que vai ficar aqui né". (Albino Rech, 50 anos, Integrado/suíno)

Observamos que qualquer um dos filhos homens que cuide dos pais herda a terra. Naturalmente o pai escolhe aquele com que melhor se entende. Esta é uma característica própria do sistema de herança sem partilha mencionada por Wolf (1970), o qual "envolve a passagem dos recursos a um único herdeiro (...). A propriedade pode passar para o primogênito, ou para o caçula ou ainda para algum descendente solteiro designado pelo cabeça da família, fora os já citados". (Wolf, 1970: 103). A disponibilidade de terras devolutas, o tamanho da colônia e a tradição são fatores que determinam, no caso, tal regime de herança. (Cf. Seyferth, 1974)

As mulheres, normalmente, são excluídas da herança da terra, pois segundo a tradição, casando-se compartilharão com o marido daquilo que lhe pertence, o que inclui a possibilidade de

pertencer a uma nova unidade familiar.

A elas cabem os "dotes", que pode ser o enxoval, alguns animais, ou mesmo, um lote urbano. Essa estratégia preservada pela tradição acaba sendo mantida também como uma forma de diminuir o número de herdeiros. (Cf. Archetti, 1981)

Se aquelas que não se casarem permanecerem na propriedade, se herdarão com ela, ou seja, o filho que receber a terra arcará com a responsabilidade de mantê-las e alimentá-las até a sua morte (assim como a mãe viúva) ou até um casamento posterior (Cf. Archetti, 1981: 272).

E incomum haver a partilha da terra, pois a área de uma propriedade rural em Ouro possui em média 24 ha, dos quais apenas cerca da metade é agricultável. O recurso ao parcelamento torna-se inviável e ameaça a reprodução da unidade familiar. Quando muito, ao se dispor de uma reserva e surgindo oportunidades, compram-se pequenas áreas de terra, de preferência próximas à propriedade a fim de aumentar sua área e permitir que mais de um irmão continue trabalhando junto ao pai.

Dada uma quantidade limitada de terras, diante de uma atividade como a suinocultura, que exige uma pequena quantidade de braços e considerando ainda que a pequena área ocupada com lavoura (2-3 ha) não envolve muita mão-de-obra, uma família numerosa passa a ser um problema e justifica o pequeno número de

membros que compõem uma família de pequenos produtores em Ouro, dadas as estratégias de herança acima detalhadas: o casal tem uma faixa de dois a cinco filhos.

"Eu já tenho cinco filhos, mas que ainda a gente tem esperança que eu consiga coloca meus filho ainda dando um terreninho pra eles, pra conseguir segurá eles na colônia. Mas, hoje, se tivesse uma média 10, 12 filho, como ia conseguir colocar na colônia? Aí eles vão começar a ir pra cidade". (Ivalino Mazziero, 47 anos, integrado/suíno)

Além do mais, as agroindústrias ao difundirem uma tecnologia que racionaliza o trabalho, exigindo um número mínimo de três criadeiras, permitem que a suinocultura se desenvolva nessas condições, ou seja, escassez de terra e mão-de-obra limitada.

Dessa forma torna-se possível o desenvolvimento de estratégias para diminuição do número de herdeiros, seja através do controle de natalidade, ou mesmo o investimento na profissionalização dos filhos.

Aliás, essa é uma estratégia comumente utilizada: encaminhar para os estudos os filhos que tenham inclinação para tal.

Durante os anos de preparação a família banca a sua manutenção. Essa lhe é parte cabida na herança, de modo que aquele que estudou e se profissionalizou perde o direito de reivindicar a terra. Em alguns casos isso é estendido também às

filhas. (cf. Paulilo, 1990)

A insuficiência de terras para ser partilhada por todos os descendentes homens, faz sempre da herança uma questão problemática, gerando muitas vezes descontentamento entre os herdeiros. A autoridade paterna é balizador das decisões e apaziguador dos conflitos. Na verdade não existe uma regra, mas um acordo entre pai e filhos, onde entram diferentes formas de doação: lotes urbanos, animais, casa, carro, parcelas em dinheiro, etc. Por isso a realização da partilha é feita ainda em vida.

De modo que aquele escolhido para herdar a propriedade paterna será o seu sucessor. Estabelece-se assim uma espécie de divisão do trabalho na esfera da gestão da unidade produtiva que envolve inclusive o relacionamento com os bancos, comerciantes e agroindústrias. A medida que o pai envelhece a unidade produtiva vai, gradativamente, sendo dirigida pelo filho. Inclusive, observamos vários casos em que a decisão pela integração às agroindústrias partiu dos filhos.

O pai passa a ser uma espécie de conselheiro, opina, é escutado e a sua voz respeitada, mas vai aos poucos passando o poder de decisão para aquele que irá lhe suceder. Esta característica tende a influir no tipo de relação que os colonos estudados estabelecem com as agroindústrias.

CAPITULO IV

COLONOS DO OURO E A AGROINDUSTRIA: INTEGRAÇÃO E AUTONOMIA

CAPITULO IV

COLONOS DO OURO E A AGROINDÚSTRIA: INTEGRAÇÃO E AUTONOMIA

A literatura concernente à integração de pequenos produtores à agroindústria levanta constantemente os seguintes elementos indicadores da subordinação daqueles às empresas integradoras:

a) A imposição de um novo padrão tecnológico e a sua incorporação pelos pequenos produtores implica na perda do domínio técnico destes em relação ao processo produtivo.

b) Parcela importante do sobretrabalho da família é expropriada pela agroindústria ao exigir a entrega de toda a produção produzida pelos integrados, ou ainda, ao financiar os insumos necessários à produção obrigando, assim, os produtores a permanecerem a elas ligados.

Silva (1982) citando Bescow afirma que a subordinação às agroindústrias seria uma das formas concretas que assume hoje a pequena produção na agricultura brasileira:

"Neste caso a apropriação do excedente dá-se através do

financiamento dos insumos e da "assistência técnica", que cria uma dependência do pequeno proprietário e o força a adotar um novo padrão técnico; e através da venda num mercado monopsônico da matéria-prima. Nessa forma de articulação da agricultura com a indústria, a propriedade privada da terra detida pelo pequeno produtor e mesmo o caráter "independente" da sua produção ficam bastante descaracterizados" (Silva, 1982: 129).

De fato, observamos que dentre as exigências colocadas pelas empresas atuantes no município ao seus integrados estão:

a) Execução do processo produtivo segundo a orientação técnica sugerida por eles e construção das instalações dentro das normas estabelecidas.

b) Um número mínimo de criadeiras e a produção de uma quantidade de milho correspondente ao consumo de ração - no oeste catarinense e, particularmente, em Ouro as empresas normalmente exigem o mínimo de três criadeiras.

c) Entrega de toda a produção produzida pelos integrados.

d) Utilização de insumos recomendados e/ou fornecidos pela empresa.

A princípio esses elementos sugerem uma perda de autonomia do pequeno produtor em relação ao processo produtivo, o que inclui a reposição dos pressupostos da produção, e em

relação ao processo de comercialização. Tomaremos para análise cada um desses processos.

4.1 Processo Produtivo e Autonomia

4.1.1 A Viabilização Das Mudanças Técnicas:

O Crédito Rural e a ação das Agroindústrias.

Quando na década de 80 o frigorífico Duro é incorporado à Perdigão S.A., a ação do mercado já havia provocado uma modernização geral. Esta teve como principal mecanismo viabilizador o crédito agrícola.

O efeito concentrador da política de crédito rural (Cf. Martine, 1987) não diminui a importância deste para os pequenos produtores.

"Camadas de médios e pequenos produtores especialmente em regiões com certo desenvolvimento das forças produtivas, se favoreceram igualmente da política estatal" (Sorj; 1980:116).

Particularmente no caso do oeste catarinense, a prática de uma agricultura de moldes familiares não inviabilizou os objetivos desta política, uma vez que a expansão agroindustrial baseava-se na expansão vertical da capacidade produtiva da pequena produção:

"O crédito aí aplicado beneficiava a acumulação de capitais agroindustriais e os frigoríficos locais mostravam-se bastante agressivos no comércio internacional, exportando inicialmente carne suína e depois também frangos congelados" (Campos; 1987:337)

A aquisição de crédito começou a desenvolver-se na região após a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural, tendo como principal característica o empréstimo de dinheiro a juros negativos.

Até então, objetivamente, a pequena produção em Ouro não apresentava maiores diferenciações. As condições individuais de produção eram praticamente as mesmas. Elementos como a produtividade do solo, a composição da família, a intensidade do trabalho e a forma de utilização dos recursos disponíveis, supostamente, eram o que a diferenciava. Em geral aplicavam o mesmo nível tecnológico. A reprodução familiar e a reposição dos pressupostos de produção do processo produtivo eram, basicamente, assegurados internamente.

As exigências concernentes à aquisição do crédito agrícola⁽¹⁾ não constituiu um entrave à obtenção do mesmo pela totalidade dos pequenos produtores familiares proprietários de terras que, como vimos, hoje constitui 87% dos estabelecimentos rurais em Ouro.

(1) - Tais exigências, segundo técnicos do Banco do Brasil, consistiam basicamente no histórico do indivíduo em relação ao Banco, que determinava ou não a necessidade de avalista, e do levantamento do patrimônio existente na propriedade.

"A gente ia no banco fazer financiamento tinha fila lá que non terminava, todo mundo financiava". (Constantino Bressan, 75 anos Integrado/suínos)

No entanto, a forma como os pequenos produtores se utilizaram dessas concessões de crédito, "fartas concessões", como afirmam técnicos do Banco do Brasil, foram diferenciadas.

Percebemos através das entrevistas que poucos se utilizaram do crédito de investimento, apesar deste haver permitido uma transferência de valores a favor do agricultor.

Segundo Paulilo,

" Um agricultor, ao terminar de pagar um trator ou uma benfeitoria, estava de posse de um bem cuja valorização, em termos de preços, devido a uma alta taxa de inflação havia sido muito maior que a quantia desembolsada por ele para pagá-lo" (Paulilo; 1990:57).

Acreditamos que a pouca utilização do crédito para compra de equipamentos e construção de benfeitorias deveu-se aos riscos que envolvia inclusive a perda do patrimônio, mesmo diante das facilidades oferecidas pelo crédito subsidiado, uma vez que muitas eram as incertezas a cerca da viabilidade econômica de tais empreendimentos. Principalmente considerando que a área de terra disponível à agricultura era em média 10 ha.

Hoje, eles admitem que poderiam ter usufruído mais desses recursos:

"... que época boa que nós tivemos, uma época de sorte...eu non sube aproveitar. Eu pegava o dinheiro do Banco mas era picadinho". (Ivalino Mazziero, 47 anos Integrado/suíno)

Já em relação ao financiamento para custeio ocorreu algo interessante. Considerando que os juros desse dinheiro haviam sido subsidiados até 1980, os pequenos produtores utilizavam-se do financiamento mesmo quando não precisavam dele, desviando-o para outros fins, como aquisição de pequenos pedaços de terra, lotes urbanos, eletrodomésticos, material de construção, e até mesmo, segundo afirmações de técnicos do Banco do Brasil, estes recursos muitas vezes eram aplicados na poupança em bancos privados.

Fato semelhante ocorreu na região sul do estado, estudada por Paulilo (1990). Segundo ela

"A dificuldade para controlar quem realmente precisava de empréstimo é admitida pelo próprio banco, pois se alguém pede empréstimo para plantar 10 ha. de milho e realmente o faz, não há como saber se usou para isso o dinheiro próprio ou do banco" (Paulilo;1990:86).

De acordo com os próprios entrevistados:

"Muitos pegaram o dinheiro e non sabia aplicar e hoje você vê que tem família, por exemplo que non fizeram nada e non vão mais consegui fazer nada, que com a crise que tá, piorou". (Ivalino Mazziero, 47 anos Integrado/suíno)

Mesmo pouco, ou indevidamente utilizado, o crédito agrícola, de um modo geral, permitiu o acesso dos pequenos produtores às novas tecnologias.

A forma como os recursos foram utilizados numa época admitidamente favorável permitiu uma elevação maior ou menor da capacidade produtiva das unidades familiares. E esse passou a ser um elemento diferenciador da pequena produção em Ouro.

Entretanto, isto não significa propriamente que as políticas agrícolas, tomando como referência o crédito agrícola subsidiado e as inovações tecnológicas, tenham gerado de fora para dentro tal diferenciação.

De fato, o mercado ao exigir matéria-prima com novos padrões tecnológicos pressionam o pequeno produtor a adotar novas técnicas. E o Estado, por sua vez, acionou determinados mecanismos no sentido de viabilizar essa adoção, seja através do estímulo à pesquisa e difusão de novas tecnologias; seja pela oferta de crédito agrícola subsidiado.

Contudo, no caso dos pequenos produtores de Ouro, percebemos que eles se utilizaram das políticas de crédito e apropriaram-se das inovações tecnológicas, de acordo com seus projetos sociais, suas aspirações e seus interesses. E assim incorporaram mudanças na unidade de produção e impuseram novas ordens adaptativas.

Dessa forma, eles não se colocaram como agentes passivos, mas agentes de sua própria diferenciação, sem no

entanto destruir sua especificidade social.

Os termos "colono fraco" e "colono forte" utilizados para reconhecer diferentes categorias de colonos, apenas ganharam mais conteúdo ao se justificar também pela quantificação do patrimônio. Contudo, por mais que tentássemos não conseguiríamos definir com propriedade um ou outro termo. E isso porque o fato de serem simplesmente colonos, pequenos proprietários de terra, de mesma origem étnica, regidos por valores específicos dentre os quais a dedicação ao trabalho, à terra e à família, conformam um modo próprio de viver, um cotidiano que os identifica mais do que os diferencia.

Mas, retornemos à nossa análise.

A partir de 1981, inicia-se uma fase de queda do volume de financiamento para a agricultura no Brasil, o mesmo ocorrendo em Santa Catarina (cf. Campos, 1987). O Banco do Brasil passa a ser mais rígido na concessão dos financiamentos.

Nessa mesma década a Perdigão instala uma de suas filiais em Capinzal, onde outrora funcionava o frigorífico Ouro.

Como vimos, a partir de então a relação dos pequenos produtores com a agroindústria assume a forma dos contratos de integração.

A Perdigão, a princípio, aceitou os seus integrados da forma como se encontravam em termos de instalações e nível técnico. Os limites para ser um integrado eram colocados pelo projeto de viabilidade técnico-econômico utilizado pela empresa para avaliar o potencial de crescimento da propriedade, o que incluía, é claro, a capacidade do pequeno produtor em modernizar-se.

"Fizeram um levantamento da propriedade. Fazem uma seleção pra ver se a gente é uma boa pessoa. Isso aí a gente tem que passar". (Alduíno Bonamigo, 63 anos, Ex-integrado)

A referência a ser "boa pessoa" está relacionada à idoneidade moral do integrado, à sua reputação e honestidade.

Pois bem, como nesse projeto eram consideradas as condições da propriedade na obtenção de crédito, o Banco passa a utilizá-lo para conceder financiamentos aos pequenos produtores. Em outras palavras, ao ser integrado, o pequeno produtor tem facilitada a sua aquisição aos recursos de crédito disponíveis.

"Ao invés de arriscar-se sozinho o agricultor, através da agroindústria, conseguia orientação e garantias suficientes para solicitar empréstimos que se converteriam em benfeitorias para sua propriedade como aviários, pocilgas e estufas". (Paulilo; 1990:85)

Essas "garantias" estariam relacionadas ao fato da empresa integradora assegurar a compra da produção, a preços seguros, permitindo que o pequeno produtor ao fazer empréstimos garanta os recursos para cobrir a dívida.

Observamos que esse fato, aliado a outros como

adiantamento dos insumos necessários à produção e o preço, inicialmente, pago pelos suínos, foram vistos como vantajosos pelos pequenos produtores ao se integrarem.

"No começo a integração era boa...por causa que eles pagava mais né. Eu foi um dos primeiros integrado aqui na Sadia. Eu e o Grippa lá em baixo, pena prá lá do Albino. Ele entrô, daí ele me convidô eu também. Foi no ano 80 quando eu fiz a casa. Daí eu tava sem dinheiro, financiamento não tinha mais, daí ele me mandou o técnico aqui da Sadia". (Celino Zen, 35 anos, Ex-integrado/suíno)

"Quando acabou o frigorífico, tinha outros comprador ali né, que compra porco, mais chegou a Pedigon e começou essa integração e falavam que era bon e nós também fomo né". (Marino Bonamigo, 53 anos, Integrado/suíno)

E claro que o discurso utilizado pelos técnicos representantes das empresas, a ação da propaganda e dos extensionistas acabaram por difundir uma determinada imagem acerca da integração.

Entretanto, esse discurso externo não se colocou alheio aos interesses e concepções dos pequenos produtores, ao contrário, para ser legítimo ele precisou incorporar muitas dessas concepções, ainda que transformadas segundo interesses próprios.

Ainda que se considere que os produtores que não imprimiram, de uma maneira ou de outra, o progresso técnico se encontrem em posições desfavoráveis isso não significa que aqueles que participaram desse processo o fizeram de forma passiva, como algo "externo" à sua vontade. (cf. Paulilo, 1990)

Pequenos produtores e agroindústrias conformam grupos situados em posições diferentes no interior de um campo de forças onde claramente a agroindústria encontra-se situada numa posição dominante. Ambos estão continuamente em luta, sem precisamente se constituírem em grupos antagônicos (cf. Bourdieu, 1987; Wanderley, 1988).

O jogo de forças no interior desse campo acaba por produzir um consenso mínimo que permite não só a reprodução dessa relação como a sua legitimação.

Na formação desse consenso os interesses dos pequenos produtores se orientam fundamentalmente para a reprodução da unidade familiar enquanto os das agroindústrias fluem para a acumulação.

Acreditamos que, estabelecendo a análise dessa relação dentro desse marco conceitual, compreenderemos como a mesma relação que subordina fornece elementos aos pequenos produtores para a construção da sua autonomia, como expressam os depoimentos dos próprios entrevistados.

4.1.2 A Adoção das Novas Tecnologias

Como demonstramos nos capítulos anteriores, houve uma

pressão tanto do setor industrial, quanto do Estado no sentido de impor um novo padrão técnico aos pequenos produtores. No entanto, as novas tecnologias não foram incorporadas passivamente.

Havia interesse por parte desses pequenos produtores em se manterem vinculados ao mercado. Assim apropriaram-se das novas técnicas, aceitando-as, recusando-as, ou reelaborando-as de acordo com suas perspectivas, interesses econômicos, sua história e cultura.

De um modo geral, observamos que houve uma valorização positiva da modernização técnica.

"A tecnologia sempre é bom né?" e "um pouco de técnica ajuda", foram afirmações comuns entre os entrevistados. E sob esse aspecto a relação com a empresa também é valorizada.

Os colonos não aceitam passivamente as prescrições das firmas integradoras. Eles se empenham em aprender as novas técnicas de maneira a acompanhar e "incorporar" os novos conhecimentos. Essa, além de ser uma forma de adquirir experiências técnicas, garante o domínio sobre a totalidade do processo de trabalho; é também uma maneira de se obter elementos para avaliar as informações que são repassadas pelos técnicos das firmas.

Esse fato nos leva a afirmar junto a Wanderley:

"O agricultor não é, assim, um sujeito passivo, diante dos técnicos que lhes prestam assistência e lhes ensinam novos métodos de cultivo. Os respectivos conhecimentos são cotejados, algumas vezes, sem dúvida, em termos de oposição e recusa: muito frequentemente para reelaborar o chamado "saber técnico" em função dos interesses e possibilidades da família e das condições específicas daquele terreno cultivado". (Wanderley, 1988: 106)

As próprias empresas admitem isso, como expressam as afirmações dos seus técnicos:

"A empresa constata que, ao longo dos últimos 20 anos, 69 quando começou a se falar em integração de uma forma mais intensa até 89, fez um tremendo esforço de assistência técnica e quando você vai ver o nível de incorporação de tecnologia, a evolução tecnológica nessas propriedades são muito pequenas". (Elisberto Albertoni, técnico/Sadia)

Nesse sentido tanto a Perdigão quanto a Sadia através do projeto 2001 e 21⁽²⁾, respectivamente iniciam a adoção de um novo tipo de metodologia, uma metodologia comparativa - a Gestão Agrícola - cujo fim seria o tomador de decisões e não apenas o produto.

A assistência prestada aos agricultores pelas agroindústrias pretende assumir, assim, um caráter gerencial. Nessa perspectiva, o grande desafio da indústria, hoje, segundo os próprios técnicos, é incorporar à lógica do pequeno produtor "uma racionalidade econômica maior" através da agregação de informa-

(2) - Projeto de planejamento das respectivas empresas visando a virada do século.

ções econômicas.

Ora, que tipo de informações, então, orientariam o "tomador de decisões"? Quais as informações utilizadas pelos pequenos proprietários do Ouro na administração de suas propriedades? Vejamos.

4.1.3 Estratégias Administrativas e Financiamento

A terminologia adotada por alguns agricultores que procuram registrar os movimentos de entrada e saída de dinheiro em suas propriedades - "fazer as contas" - ilustra e sintetiza, empiricamente, as principais categorias econômicas que perpassam as unidades produtivas familiares.

Para eles é difícil "dar o giro" nas suas atividades, uma das justificativas para a integração.

"No geral os colono necessita de um certo limite de giro, precisa de um capital de giro... e pro pessoal aqui é difícil, quem tem faz bastante e quem non tem..." (José Dalposso, 26 anos, Integrado/suíno)

Na prática vivenciam a escassez de dinheiro vivo para a produção: o adubo químico, a semente melhorada, o concentrado, a ração, o sal mineral, o medicamento, etc.

Em determinados momentos em que o preço dos suínos se encontra abaixo da média, é corriqueiro ouvi-los dizer que "es-

tão pagando para criar porco". O fato além de expirar os "aventureiros da suinocultura", assim chamados os criadores circunstanciais, quando o preço está bom, induz à redução do plantel - venda de criadeiras - de segmento significativo de propriedades.

Na realidade o débito com a alimentação dos animais à mercê da ciranda financeira, supera nestes casos a receita com a entrega do lote de suínos à agroindústria. A rigor, poucos são os que se dão conta de que estes custos, variáveis, integram os custos totais, dos quais, fazem parte também a sua mão-de-obra, a depreciação de instalações e maquinários, a remuneração do capital, entre outros custos fixos da atividade, própria de uma racionalidade econômica maior.

Diante desta, a inclusão dos custos fixos na análise econômica das atividades exploradas na propriedade como um todo, adotando como referência a categoria lucro, provavelmente retratará determinadas ineficiências destas propriedades. Aqui também se aplica a afirmação: "**a produção camponesa é processada sem balanços de investimento, perdas e lucros**". (Souza, 1991:119)

O "capital empatado" de que falam os agricultores significa as participações no capital total da terra, construções, máquinas, equipamentos e animais. Para eles representam uma reserva de valor que não influenciam na eficiência econômica da propriedade.

Ou melhor, a influência é verificada apenas quando necessitam repor ou manter, por exemplo, um maquinário ou uma instalação. Para o agricultor, realizar estes investimentos necessários, significa aventurar-se nos riscos e incertezas a que tem aversão, preferindo os caminhos seguros, conhecidos da experiência, do passado e da tradição.

O fundamento utilizado na administração de uma empresa capitalista não se aplica a essas unidades. Planejam as atividades na sua propriedade de modo a obter um saldo positivo no final do ano agrícola, seja em dinheiro, seja em benfeitorias. Segundo Paulilo (1990):

"Esse saldo nunca é o resultado de um único produto mas da convivência simbiótica dos vários ramos a quem o proprietário se dedica". (Paulilo, 1990: 124)

Assim, no caso dos suínos, o pequeno produtor tem consciência de que o rendimento deveria ser bem maior, no entanto ele não utiliza mão-de-obra remunerada, é auto-suficiente em milho (exceto em condições naturais adversas, como uma seca por exemplo), repara ele mesmo as instalações e tem o básico à sua subsistência garantida. Nesse sentido, o rendimento, por ser seguro, é compensatório. (cf. Paulilo, 1990).

Em relação aos bancos, acredita que **"trabalhá"** com ele, nos dias de hoje, é se arriscar demais. Antigamente **"se sabia quanto ia pagar no total, o valor de cada prestação"**.

"O banco eu nem procuro mais". (José Dalposso, 26 anos, Integrado/suíno)

"Hoje em dia non dá mais de financiá pra planta (...) agora son aqueles do banco que procura o da colônia". (Constantino Bressan, 75 anos, Integrado/suínos)

"O preço do mantimento que a gente vende e os preço do insumo que a gente compra, e ver o juro do banco como era uma vez e como tá hoje, ficou muito ruim pra colônia. Num é mais fácil de sobra nada". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"E melhor ter dívida um pouquinho do que ter dinheiro no juro". (Flores Borsati, 36 anos, Integrado/suíno)

Até mesmo o crédito para custeio das safras vem sendo ignorado por estes "antigos clientes do Banco do Brasil". Produzir com o que se dispõe e até aonde a corda pode esticar (reservas estratégicas) com toda a criatividade. Esta é a máxima. Um expediente adotado são os contratos de "troca-troca" com comerciantes locais, quantias fixas de insumos/produtos. Ou seja, um futuro definido, palpável, mesmo conscientes de contratar uma troca desigual. O importante é não precisar do banco, do seu expediente, da sua inflação, do seus juros que especulam e castigam. Neste contexto, entrar nesse estabelecimento significa, fundamentalmente, movimentar uma caderneta de poupança - segurança para suas reservas - ou uma conta corrente.

Os resquícios paternalistas da "Era do Estado Benevolente" ainda iludem uma parcela de agricultores que crêem nas oportunidades de "ouro" que podem surgir a qualquer momento. Acostumados às artimanhas que aquela política gerou, espreitam, oportunisticamente, escassos benefícios que são oferecidos pelos

programas do Estado e pelos políticos locais em suas investidas eleitoreiras.

Aliás, a implementação de políticas agrícolas que favoreçam o agricultor, com juros subsidiados, preço mínimo adequado, etc, é a forma que eles vêm de obter capital de giro e assegurar um preço justo para a produção.

"O governo non dá mais incentivo nenhum. Hoje em dia o colono non von muito bem non, essa crise que tá non pode tá bem. Precisaria que o governo desse uma mão com juro baixo". (Afonso Faccim, 69 anos, Integrado/suíno)

"Ele (o governo) que venha dá uma margem de lucro pra gente ter uma vida digna, que óia o agricultor trabalha bastante, eu trabalho umas 12 hora/dia e é serviço pesado e a gente tem que passá uma vida de pobre porque a gente não pode ter uma vida digna como merecia ter. A política agrícola é muito explorador. E depois a gente entra com a mão-de-obra e tudo, tem que entrá com o capital: sementes, adubos... tem que comprá pra por na terra, sem saber se aquilo vai voltar ou não, se o retorno vai ter lucro". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"Agora teria muita saída se o governo desse financiamento para colono com juro fixo, que nem 10 ano atrás, 15, enton a gente ia no banco, fazia financiamento, non tinha vamo supor aquele aumento de mês por mês". (Flores Borsati, 56 anos, integrado/suíno)

Enquanto isso não acontece, o jeito mesmo é integrar-

se:

"Se o cara tem o dinheiro pra dá o giro num lote de porco pra comprá o mantimento, daí tudo bom ma se o cara num tem, tem que si integrá né?" (Albino Rech, 50 anos, Integrado/suíno)

O interessante é que a relação de integração, apesar de efetivar a adoção crescente de inovações tecnológicas, não che-

gou a descaracterizar as unidades familiares enquanto tais.

As investidas das agroindústrias, no sentido de imprimir-lhes uma racionalidade, de aumentar-lhes a produtividade através da absorção de tecnologias modernas com fins à maximização de lucros, não têm obtido êxito.

Enquanto administrador, o pequeno produtor, na tomada de decisão, orienta-se por uma lógica própria que, segundo os próprios técnicos das empresas, deve estar ligada a "questões culturais".

Se administrassem sua propriedade como uma empresa, esses pequenos produtores aumentariam a escala de produção, a produtividade e os seus rendimentos. Para o colono, aumentariam também os seus riscos, principalmente porque ficariam mais dependentes das oscilações de mercado. Esse tem se constituído num foco de conflito entre agroindústria e pequenos produtores.

Estas constatações nos levam a concluir a existência de um espaço interno de decisão. Na tomada de decisão são considerados os riscos, as opções, a rentabilidade e as necessidades das famílias. Observamos ainda que essa "internalização da decisão" interfere na relação do pequeno produtor com a empresa integradora.

Se tomarmos a unidade produtiva como um todo, e não

apenas o produto integrado, no caso suínos, veremos que esse espaço de decisão é ampliado, bastando verificar o significado que ocupa a policultura e a criação de animais na composição da estrutura produtiva.

Tal significado está ligado a alguns fatores. Primeiro, essa atividade, como afirma Seyferth (1992), é uma "marca da identidade do colono":

"o uso simbólico da imagem da colônia como um microcosmo autosuficiente está associado ao passado. A colônia ideal, nesse caso, produz os alimentos necessários à subsistência da família, portanto, supõe-se que contenha uma horta, um pomar, aves, vacas para produzir leite, as roças plantadas pelo menos com os produtos básicos (...), um espaço próprio para os animais (estábulo, galinheiro) e uma área construída para estocar a produção" (Seyferth, 1992:82).

A preservação da policultura, além disso, se justifica também, por permitir um equilíbrio entre os produtos destinados ao auto-consumo e aqueles cuja comercialização garante a aquisição dos demais bens de consumo e de trabalho.

Além do que, a venda de outros produtos, e até mesmo do excedente ao auto-consumo, em vários momentos permite a entrada de recursos, ainda que a principal renda da propriedade derive da comercialização de suínos.

"O mais a gente lida com milho, por ex. um feijon pra comer, um arroz, um aipim, batata... a gente planta um pouco de tudo pro sustento. Agora pra vender por ex. seria o porco e o gado". (Valdemar Frigo, 54 anos, Ex-integrado)

"Plantá um pouco de tudo, um pouco de soja também, um feijon pro gasto, arroz, tem que plantá pro gasto, não

dá de compra as coisa". (Afonso Faccin, 69 anos, Integrado/suínos)

4.2 Integração, Comercialização e Autonomia.

A suinocultura, como vimos, assumiu especial importância na estrutura produtiva das colônias. Os porcos, além de não exigirem maiores investimentos, uma vez que podiam ser muito bem alimentados com o milho e outros produtos cultivados no interior da própria unidade familiar, ofereciam ao pequeno produtor mais uma vantagem econômica no que se refere, particularmente, às condições de comercialização dos seus produtos.

No entanto, a evolução técnica passa a exigir maiores investimentos. O Estado através do crédito agrícola subsidiado bancou as necessidades de recursos financeiros das unidades familiares para a reposição dos pressupostos da produção.

Porém, a partir de 1980 o aumento da taxa de juros e a diminuição no montante de crédito disponível reduz o acesso ao crédito.

"Antes da integraçom enton trabalhava assim: engordava porco, mas era duro ter sempre o dinheiro pra fazer o giro. Enton, tinha que financiar no banco, naquela época dava, mas depois quando banco começou juro lá em cima... ". (Flores Borsati, 56 anos, Integrado/suíno)

Nesse contexto a integração para o pequeno produtor do

Ouro representou a maneira segura de se manter vinculado ao mercado. Primeiro, por ser um canal de inclusão dos pequenos produtores do Ouro no processo de modernização. Segundo, estes não precisam desviar recursos próprios, na maioria das vezes indisponíveis, para concluir o ciclo produtivo.

Na verdade, a maioria dos produtores não consegue arcar sozinha com o custo da produção e isso é sempre expresso como "falta de capital para dar o giro". Nesse sentido a integração permite o financiamento da produção com redução de riscos para o produtor, pois os recursos para cobrir a dívida são garantidos pelo comprometimento da empresa em comprar a produção, podendo a dívida ser coberta na entrega do porco terminado. Além disso, na pior das hipóteses, por exemplo, se o preço do porco não cobrir a dívida, haverá sacrifício a nível de auto-consumo das unidades familiares, mas não perda do patrimônio.

"Olha... agora é bom por causa que a gente vai pegando o trato né". (Marino Bonamigo, 53 anos, Integrado/suíno)

"Ficou mas fácil porque... o técnico eles passa toda semana eles passam porque talvez tenha um porco doente e o que que falta... a gente non precisa correr atrás de medicamento, essas coisa, enton, se a gente quer eles don a nota, tu vai lá em cima na Perdigon e manda pegá... sai bem mais barato do que medicamento pra tempo, enton isso que a gente... é mais fácil". (Albino Rech, 50 anos, Integrado/suíno)

"É muito melhor agora com a integração, é melhor, porque tu entrega o porco bem antes, antes porque ele é bem mais cuidado, enton, que vem o trato tudo em casa, eles te levam, enton, quando que falta é só tu dá a ficha... tu sempre tem o trato certo... e se talvez tu non é integrado e te falte o dinheiro pra comprá, um, três dias te falte o trato, enton, nunca o porco vem bem". (Albino Rech, 50 anos, integrado/suíno)

Uma das estratégias utilizadas por alguns produtores para se tornarem menos dependentes do "trato" fornecido pelas empresas é a fabricação interna de concentrado e ração, através da técnica de tostar e triturar a soja e o milho.

O concentrado comprado junto ao frigorífico é uma mistura balanceada de soja, milho e complementos protéicos, vitaminas e de sais minerais. De posse, de um tostador e triturador compram-se apenas os complementos.

"Eu faço a ração em casa né? Que sai muito mais barato do que comprá, teve gente ali a tempos atrás que o lote de porco nem chegou pra paga o trato e hoje se contá o milho né? Também non sobra". (Celino Zen, 35 anos, Integrada/suíno)

"Eu planto o milho e soja, enton eu colho o milho, non compro milho né, nem concentrado, eu faço. Eu só compro só o inicial⁽³⁾ enton o resto eu faço tudo". (José Dalposso, 26 anos, Integrado/suíno)

"A ração a gente faz ração caseira, a gente pega aquela soja torada, ali o milho e compra o suigor⁽⁴⁾ né, a gente faz a ração pro porco. Agora a ração inicial pro leitão tem comprá porque não tem forma de fazer a ração inicial". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

A obrigação de comprar insumos da empresa só é questionada quando, nas épocas de crise da suinocultura, o preço do porco cai. Daí são comuns as afirmações:

"Non...eu é que non tô gostando é que eles quase

(3) - Ração inicial que alimenta o suíno, quando este se encontra, ainda, na fase de leitão, até os 3 meses de idade.

(4) - Complexo vitamínico-mineral que é misturado à ração.

obrigam a comprá o concentrado deles e vende o preço que eles querem e o porco também eles... vende o produto muito caro e o preço do porco mal compensa". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)
Campos (1987) assim justifica as crises:

"As crises agem no sentido de regular a produção de suínos em patamares sociais médios. As crises na suinocultura são um processo cíclico e se repetem em intervalos mais ou menos regulares de 5 anos. Com o crescimento dos preços há um aumento de produção de suínos. Num dado ano, ainda com elevada produção, os preços caem. No ano seguinte a oferta de suínos cai. Segue-se três anos de aumento de preço e recuperação da produção. Esses três anos correspondem à recomposição dos plantéis. Uma porca só está apta a entrar em reprodução sistematizada a partir dos 18 meses. Mais 6 meses para a terminação do primeiro lote, só a cabo de 2 anos a produção volta a aumentar significativamente". (Campos, 1987: 218)

Mesmo as entrevistas sendo feitas numa dessas crises observamos que a obtenção do lucro pela empresa não era questionada, uma vez que é considerada normal numa transação comercial. Afinal, "eles tem que ter o lucro pra poder ir bem".

O que é questionado é o preço que a empresa paga pelos suínos.

"Eles vendem o produto muito caro e o preço do porco non compensa. Porque olha o tempo que a gente engordava porco assim só na custa do milho a gente tinha mais lucro do que agora, criá porco na técnica. O preço do porco non acompanha os insumo que a gente compra". (Honorino Durigon, 58 anos, Ex-integrado/suíno)

"Eles fazem o preço que eles querem... tem que ser como eles querem né... você pega o trato pro porco lá você não sabe o que você vai pagá, hoje o juro é exorbitante. O que cobra de juro! Eles exige que pegue todo o trato lá, desde o inicial até ao terminal. Daí em cima disso eles cobra um juro que tá lóco né. E o porco na verdade nem se movimenta o preço. De ontem pra cá é que reagiu um pouquinho senon era 4 meses que tava

parado né". (Valdemar Frigo, 54 anos, Ex-integrado)

Mesmo admitindo a existência de outros compradores que não a firma integradora, poucos dentre aqueles que "possuem capital de giro" se tornaram produtores independentes. Por quê?

"Nesse lugar quem não é integrado tem dificuldade de colocar o produto. Enton a integração é mais prá podê colocar o produto da gente". (Alduíno Bonamigo, 63 anos, Integrado/suíno)

"Seria melhor ser integrado pelo menos na hora de vender né". (Celino Zen, 35 anos, Integrado/suíno)

"Hoje se o cara non depende da integraçon... o problema é que quando tem aquela sobra de porco o cara non sabe onde vendê o porco (...). Hoje ainda vem gente lá de São Paulo, hoje venderia os porco, mais do que a firma, ma o problema é que eles lá ton escasso né? Ma na época que o porco parar, daí non tem onde colocá. Se non tá integrado o cara se vê mal pra pode vendê. As vez tem que vendê mais baixo ainda, que as firma". (Flores Borsati, 56 anos, Integrado/suíno)

Pelo que afirmam os pequenos produtores, eles preferem a segurança de um mercado constante. E nesse sentido a integração representa a forma segura de comercializar seus produtos.

Além disso, é interessante observar que o produtor percebe a agroindústria enquanto agente comercializador de seus produtos, assim como foram as Indústrias Reunidas Ouro. Há portanto uma visão de continuidade entre o comerciante antigo e o atual, e não uma ruptura. Esse fato é fundamental para compreendermos o vínculo desses produtores às agroindústrias.

Assim, é importante retomarmos de Weber(1977) o conceito de dominação tradicional para tentar explicar o comporta-

mento desses pequenos produtores em relação à agroindústria.

Esse tipo de dominação, onde as relações são reguladas "pela tradição, pelo privilégio, pelas relações de fidelidade e pela boa vontade" (cf. Weber, 1977), já era observado na relação dos pequenos produtores de Ouro as com Indústrias Reunidas Ouro. Tal relação era assim estabelecida: os agricultores buscavam nessa casa de comércio todos os bens de que necessitassem durante o ano, como sal, azeite, tecidos, sapatos, ferramentas, etc. Estes poderiam ser pagos ao final de cada safra com produtos agrícolas, da unidade de produção familiar, destinados à venda. Apesar de não haver um contrato formal, existia uma certa fidelidade, por parte dos pequenos produtores na entrega de seus produtos à "Firma Ouro" pelo crédito recebido. Era inclusive a própria firma que determinava o preço dos produtos, sem a participação dos produtores nesse processo.

De fato, a fundação, em 1937, das Indústrias Reunidas Ouro assumiu significativa importância na história desses colonos.

A nível de representação ela se constituía, para os pequenos produtores de Ouro, não apenas enquanto um espaço centralizador das trocas econômicas, mas também como um símbolo das relações entre os membros da comunidade. Lá se sabia das coisas da cidade grande, do comportamento, dos estilos de vida, dos acontecimentos... Lá se encontravam os amigos e conhecidos,

contavam "causos", discutiam, falavam dos problemas enfrentados... Era também um espaço político. Lá provavelmente discutia-se sobre as vantagens e necessidade da emancipação político-administrativa de Ouro.

Os seus comerciantes assumiam um papel de evidência, por intermediar o contato da colônia com o mundo fora dela. Exerciam assim, o seu domínio que se estendia da esfera econômica à cultural e política. A conduta paternalista e carismática é a base da relação de dominação entre comerciantes e pequenos produtores.

Luiz Bonissoni, presidente da firma é mencionado com respeito e admiração.

"Era um homem que é até difícil eu acho, como foi aquele, pode até que tenha mais, mas é difícil". (Constantino Bressan, 75 anos, Integrado/suíno)

Posteriormente, se tornou um líder local. Foi o primeiro prefeito do município de Ouro após sua emancipação, em 1963.

Dois aspectos nos parecem relevantes na relação dos colonos com a referida casa de comércio. Primeiro, lhes é quebrado o isolamento e eles ampliam os seus padrões sociais de referência, antes circunscritos à comunidade. E, em decorrência, reorientam suas necessidades.

Esses fatores impulsionam e justificam, ainda mais, a

integração dos pequenos produtores ao mercado de forma mais efetiva.

Quanto à livre comercialização e participação do produtor na determinação do preço do produto vendido, observamos que, apesar de afirmações como esta:

"Se tu tinha uma chiqueirada de porco tu vendia pra quem pagava mais, tinha diversos né, não tinha conversa de só pra Perdigon, era ali, se queria vender pra outra firma tu vendia" (Valdemar Frigo, 54 anos, Ex-integrado)

As indústrias Reunidas Ouro monopolizavam o comércio local. A estratégia de dominação baseada numa conduta paternalista não só relativizava a questão da "livre comercialização" como também mascarava os conflitos existentes.

Por outro lado afirmar que "antes se vendia para quem pagava mais" não significa dizer que antes os produtores participavam na determinação do preço dos produtos. Ocorre que, de fato, havia uma maior concorrência de mercado e, portanto, a demanda de suínos por parte dos vários frigoríficos existentes regulava a oferta do valor pago pelo produto.

Diante disso percebemos que a assimetria da relação entre pequenos produtores e empresa, imposição do preço, pressão para que o produto não seja vendido a terceiros e monopólio do comércio local são elementos encontrados nos dois tipos de comercialização, o antigo e o atual. Essa questão é muito bem colocada por Paulilo (1990: capítulo 2)

Inclusive a agroindústria manteve como uma de suas bases de atuação uma conduta paternalista para atenuar os conflitos existentes. E isso é observado quando consideramos a quase inexistência de um contrato formal que regule os compromissos assumidos por produtor e empresa, e sim, um contrato verbal caracterizado pelo jogo de obrigações mútuas, e mais, quando os dirigentes das empresas e técnicos se preocupam em estabelecer relações de camaradagem com os produtores, permitindo até uma certa tolerância por parte da empresa quando um ou outro animal é desviado, e parte da ração e medicamentos também; ou ainda, quando a diretoria da empresa estabelece reuniões periódicas com seus integrados para justificar determinadas medidas adotadas, ou simplesmente quando organiza uma festa anual de confraternização.

Se essas práticas não descaracterizam a assimetria da relação, ao menos tentam passar uma imagem harmônica da integração. Imagem esta que não se faz suficiente para mascarar o núcleo conflitual da relação que circunda o valor do produto. Contudo, os conflitos não são expressos em termos de conflitos sociais, na ação de enfrentamento, dada a praticamente inexistência de mediadores que canalizem as suas lutas e reivindicações.

A representação que fazem do sindicato, enquanto um órgão assistencialista, a descrença nos partidos políticos e a

atuação de uma igreja conservadora não contribuem para que a sua posição no campo de forças mude. O fato é acentuado pela relação individual do colono com a empresa.

O conflito existe e está presente no cotidiano desses pequenos produtores, nas suas formas diárias de resistências, no seu lamento, no sentimento de abandono pelas autoridades governamentais, na consciência de que são explorados através do produto do seu trabalho, e no sentimento de injustiça, por não vê-lo recompensado (cf. Scott, 1976; 1986).

As tentativas de enfrentamento, ainda que não adquiram a forma de luta social, são consolidadas no dia-dia e se resumem a pequenas desobediências às prescrições da empresa, ou mesmo em determinados casos quando resolvem dela desligar-se para, no momento seguinte, voltar a integrar-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstramos, a trajetória social dos colonos do Ouro expressa a busca de oportunidades mercantis para assegurar a sua reprodução.

Nesse sentido a recomposição das antigas redes de comercialização foi importante para compreendermos a relação entre colonos e agroindústrias enquanto um processo, uma construção histórica. E a integração como a forma que assumiu essa relação.

Objetivamente o pequeno produtor de Ouro, enquanto proprietário de terra e trabalhador, tem assegurado, através da sua integração às agroindústrias, o respaldo necessário para o acesso ao capital produtivo de que necessita. A integração apresenta-se, ainda, como a garantia de um mercado constante e seguro com redução de riscos e rendimento certo.

Essa relação garante às famílias de produtores um nível de reprodução que não teriam alcançado se tivessem se mantido fora dela, compatível com as suas necessidades que, orientadas segundo as necessidades de uma sociedade moderna, sofreram um redimensionamento.

O estreitamento do vínculo com o mercado, através do processo de mercantilização e modernização do processo produtivo, não só se constituiu a forma pela qual a pequena produção efetivamente se subordinou ao movimento do capital, como redefiniu o espaço de autonomia. Esta, enquanto uma construção histórica é redefinida a partir do jogo de forças sociais em que os pequenos produtores são agentes ativos.

No campo de forças, a integração apresenta-se não só como uma forma de subordinação da pequena produção ao capital agroindustrial como também um espaço de reprodução, onde as características específicas da produção familiar são mantidas. Nesse espaço o pequeno produtor desenvolve uma autonomia possível.

Os elementos de subordinação contidos na relação de integração se configuram, fundamentalmente, na imposição de um padrão tecnológico e na extração de parcela importante do sobretrabalho da família, seja ao impor as condições de venda do produto, seja através do financiamento dos insumos necessários à produção.

As agroindústrias visando manter a posição subordinada desses produtores no campo de forças, utilizam-se de estratégias de dominação através de relações de patronagem ou por ações racionais legais.

Os pequenos produtores, por sua vez, desenvolvem ações que refletem um outro processo: a construção da sua autonomia que se expressa:

1) no fato desses pequenos produtores serem proprietários dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho;

2) no caráter familiar do trabalho que se mantém como característica da organização interna da produção. A relação dos membros da família com o trabalho na unidade de produção não apresenta modificações substanciais;

3) na preservação de um saber próprio que não foi eliminado pelo saber técnico;

4) na criação de um espaço interno de decisão. Apesar de constantemente pressionados a adotar inovações tecnológicas dentro de um padrão imposto pelas agroindústrias, o chefe da família dirige a unidade produtiva de acordo com as opções, riscos, necessidades e disponibilidade de recursos. E o processo de trabalho, por sua vez, expressa a decisão ao nível da família;

5) nas relações de reciprocidade que estabelecem com outras famílias;

6) na manutenção de valores que atribuem à terra, à família e à comunidade a representação simbólica de uma especificidade social que se revela nos rituais de que participam e que é reproduzida enquanto tal;

7) no fato de serem policultores e não apenas suinocultores integrados. Aliás, não poderíamos compreender as formas de expressão dessa autonomia analisando a atividade suinícola separadamente, mas a combinação de todas as atividades desenvolvidas na unidade produtiva (lavouras e criações), onde o produto integrado entra com sua parcela de contribuição para o produto final, como bem discutimos no capítulo IV. Assim podemos compreender como, apesar da relação que estabelecem com as agroindústrias através da integração, esses produtores conseguem manter um espaço de autonomia, expressa nas formas como organizam o trabalho familiar e garantem sua reprodução social.

Subordinação e autonomia são as duas faces da relação de integração e caracterizam a contradição específica desses produtores familiares.

Ela atende aos interesses de acumulação das agroindústrias, mas também deixa margem para que os pequenos produtores criem um espaço de reprodução onde desenvolvem uma autonomia possível. A posição que esses agentes sociais ocupam no interior do campo de forças possibilita um maior ou menor grau de expressão dessa autonomia.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Zuleica M. F. Brava Gente! Os Italianos em São Paulo. 2a. ed. São Paulo, brasiliense, 1986.

ARCHETTI, E. P., Una Vision General de Los Estudios Sobre el Campesinado. In: Campesinado y Estructuras Agrárias en América Latina. CEPLAES, Quito, 1981a

_____ Economia Doméstica, Estratégia de Herança y Acumulación de Capital. In: Campesinado y Estructuras Agrárias en America Latina. CEPLAES, Quito, 1981b.

BOURDIEU, Pierre. El Oficio de Sociólogo. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975.

_____ A Economia das Trocas Simbólicas. 2a. ed. São Paulo, perspectiva, 1987.

BERGER, Peter; Luckmann. A construção social da Realidade. 8a. ed. Petrópolis, vozes, 1990.

BRANCHER, Holga M. S. História Sócio Econômica de Capinzal - SC - 1910/1980. Dissertação apresentada ao mestrado em História da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1991, mimeo.

CAMPOS, Indio. Os Colonos do Rio Uruguai. Dissertação apresentada ao mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1987, mimeo.

CAVALCANTI, J. S. B. Camponeses, no Norte e Nordeste do Brasil. Perspectivas Antropológicas. In: XVI Encontro Nacional da Associação PIPSA, Belo Horizonte, 1992, mimeo.

CASTORIADIS, Cornélius. A Instituição Imaginária da Sociedade. 3a. ed. São Paulo, Paz Terra, 1991.

CEAG/SC (Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina). "Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina". Florianópolis, 1978, mimeo.

CEPA/SC (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina). Diagnóstico geral do setor agrícola: evolução, situação atual e perspectivas - oeste catarinense, Florianópolis, 1990.

CHAYANOV, A.V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: Silva & Stolcke (Org.). A Questão Agrária. São Paulo, brasiliense, 1981.

_____ La Organización de La Unidad Económica Campesina.
Buenos Aires, Nueva Visión, 1985.

COSTA, Rovilio . Valores da Imigração Italiana Cem Anos Após. In:
imigração italiana: estudos. Porto Alegre. Escola Superior de
Teologia São Lourenço de Brindes. Universidade de Caixas do
Sul, 1979.

DURHAM, Eunice R. A Reconstituição da Realidade. São Paulo, Ati-
ca, 1978.

GIRON, Louraine S. Imigração Italiana: a reação brasileira. In:
Imigração Italiana: estudos. Porto Alegre. Escola Superior de
Teologia São Lourenço de Brindes. Universidade de Caxias do
Sul, 1979.

IANNI, Octávio. Aspectos Políticos e Econômicos da Migração
Italiana. In: Imigração Italiana: estudos. Porto Alegre. Es-
cola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Universida-
de de Caxias do Sul, 1979.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - vários
anos - Censos Demográficos e Agropecuários. Santa Catarina.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Proposta Editorial,
1980.

LAGO, Paulo F. Santa Catarina: dimensões e perspectivas. Florianópolis, UFSC, 1978.

LOPES, José Sergio L. "O Tradicionalismo Camponês" Segundo a Antropologia da Tradição, Rio de Janeiro, 1977, mimeo.

MARTINE, George; Garcia, R. C. (Org.). Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo, Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. Sobre o Modo Capitalista de Pensar. 4a. ed. São Paulo, HUCITEC, 1986.

_____ Os Camponeses e a Política no Brasil. 3a. ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

MARX, Karl. O Capital. (capítulo VI inédito). São Paulo, Moraes, 1985.

_____ O Capital, livro 1, vol. I, 11a. ed. São Paulo, Difel, 1987.

_____ O Capital, livro 1, vol. II, 11a. ed. São Paulo, Difel, 1987.

NEVES, Delma P. Diferenciação Sócio-econômica do Campesinato. In: ciências sociais hoje, 1985.

- _____ Agricultura Familiar: questões metodológicas. In: XVI Encontro Nacional de Associação PIPSA, Belo Horizonte, 1992, mimeo.
- PAULILO, Maria Ignez S. Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos. O Caso de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1990.
- PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua história. Florianópolis, UFSC, 1983.
- PIDSE (Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico). Diagnóstico Municipal de Duro, Florianópolis, 1990.
- PORTO, Maria Stela G; Siqueira, D. E. A Pequena produção: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: XVI Encontro Nacional de Associação PIPSA, Belo Horizonte, 1992, mimeo.
- RUDE, George, Ideologia e Protestos Popular. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- SANTOS, Sívio Coelho. Nova História de Santa Catarina 2a. ed. Florianópolis, UFSC, 1977.
- SANTOS, José Vicente T. S. Colonos do Vinho. 2a. ed. São Paulo, HUCITEC, 1984.

_____ Conflitos Agrários Entre Camponeses e Agroindústrias.
In: II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. São
Paulo, 1992, mimeo.

SCOTT, James, The Moral Economy of The Peasant. Rebellion and
Subsistence, in Southeast Asia, New Haven and London, Yale
University Press, 1976.

_____ Everyday Forms of Peasant Resistance. The journal of
Peasant Studies, 1986.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí - Mirim.
Porto Alegre, Movimento, 1974.

_____ As Contradições da Liberdade: Análise de Representa-
ções Sobre a Identidade Camponesa. In: Revista Brasileira de
Ciências Sociais, N. 18, 1992.

SHANIN, Teodor. Peasants and Peasant Societies. Introdução. Trad.
J. S. B. Cavalcanti, 1979.

_____ A Definição de Camponês: Conceituações e Desconcei-
tuações: O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. In: Estu-
dos CEBRAP, 26. Petrópolis, Vozes, 1980.

_____ Chayanov e a Questão do Campesinato. Porto Alegre,

UFRS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, 1989, mimeo.

SILVA, José G. S. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

_____ Campo e Cidade na Virada do Século, o Cenário Esperado. In: Seminário Brasil Século XXI. Campinas, 1988, mimeo.

SOARES, Luís Eduardo. Campesinato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. 2a. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1980.

_____ Pompemayer, M. J.; Coradini, D.L. Camponeses e Agroindústrias. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SOROKIN, Pitirim A. et. alli. Diferenças Fundamentais Entre o Mundo Rural e o Urbano. In: Martins, José de Souza (Org.) Introdução Crítica à Sociologia Rural. 2a. ed. São Paulo, Hucitec, 1986.

SOUZA, Aécio Cândido. Para Além do Acesso à Terra. Representações Sociais, Condição Camponesa e Ação Política dos Colonos da Serra do Mel - RN. Dissertação apresentada ao mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande,

1991, mimeo.

VELHO, Otávio Guilherme. Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. O Camponês: Um Trabalhador Para o Capital. Campinas, 1979, mimeo.

_____ Trajetória Social e Projeto de Autonomia. Os Produtores Familiares de Algodão da Região de Campinas. São Paulo, 1988, mimeo.

WEBER, Max. Economia y Sociedad. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

WOLF, Eric R. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

_____ Una Tipología de Campesinato Latino Americano. Buenos Aires, Nueva Vision, 1977.

ANEXO I

ENTREVISTADOS

AGRICULTORES	IDADES	COMUNIDADES
AFONSO FACCIN,	69 anos	Linha Vitória
ALBINO RECH,	50 anos	Linha Bonita
ALDUINO BONAMIGO,	63 anos	Novo Porto Alegre
AMARO NORA,	53 anos	Linha São Paulo
CELINO ZEN,	33 anos	Pinheiro do Meio
COLOMBO,	57 anos	Pinheiro Baixo
CONSTANTINO BRESSAN,	75 anos	Linha Bonita
FLORES BORSATI,	56 anos	Pinheiro Alto
HONORINO DURIGON,	38 anos	Linha Bonita
IVALINO MAZZIERO,	47 anos	Linha Bonita
JOSÉ DALPOSSO,	26 anos	Linha Vitória
MARINO BONAMIGO,	51 anos	Linha São Paulo
NÍZIO DAL PIVA,	55 anos	Pinheiro do Meio
PEDRO BAZZO,	43 anos	Linha São Paulo
VALDEMAR FRIGO,	54 anos	Linha Bonita

TÉCNICOS:

Elisberto Albertoni

Coordenador do Programa de Gestão Agrícola
Sádia S.A.

Naldo Dalmaso

Coordenador do Programa de Gestão Agrícola
Sádia S.A.

Luiz Francisco Carvalho de Araújo

Assessor Técnico Agro-Pecuário
Perdigão S.A.

Breno Toaldo

Diretor do Sindicato da Carne e Derivados de Capinzal
SINDICADEZAL

Arnaldo Lange

Responsável Técnico Carteira de Crédito Rural
Banco do Brasil - Capinzal